

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Governo prepara retaliação de US\$ 180 mi à UE por aço	3
Título: País precisa diversificar fontes de energia sem gerar ineficiências	4
Título: Brasil dobrará potência eólica até 2026, diz estudo.....	6
Título: Governo faz bloqueio preventivo de gastos.....	8
Título: México vive dilema de como capitalizar a petroleira estatal Pemex	9
Título: China já negocia dívida e petróleo com a oposição na Venezuela	12
Título: Vale trabalha para retomar operação na mina de Brucutu.....	13
Título: CSN e Porto Sudeste vão ao Cade contra compra da Ferrous	15
Título: Governo busca saída jurídica para liberar FGTS às vítimas em Brumadinho	17
Título: Saudi Aramco busca petróleo e gás pelo mundo	18
Título: Braskem e Siemens fecham parceria para polo do ABC	21
Título: Curtas	22
Título: 'Pró- RenovaBio' assume a Unica.....	23
Título: Biosev teve prejuízo trimestral de R\$ 230,6 milhões	25
Título: Captação de fundos dá mais combustível para bolsa, diz Citi	26
Título: Tribunal autoriza Equatorial Energia a demitir funcionários	29
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	30
Título: Brumadinho não mudou dogmas para política ambiental	30
Título: Agronegócio tenta manter subsídio em conta de luz	31
Título: TST considera abusiva greve contra privatização	32
Título: Vale sabia de riscos em Brumadinho e mais nove barragens desde outubro	34
Título: Estruturas mais altas elevam perigo, diz estudo do MP	35

Título: Empresa diz ter política correta de controle	36
Título: CPI no Senado vai apurar rompimento.....	37
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	37
Título: É hora de a mineração ter política de acidente zero	37
Título: MAPA LATERAL	39
Título: Efeito Vale põe em risco 14% da produção de ferro do país.....	40
Título: Greve contra privatização é abusiva, diz TST.....	42
Título: Brasil utiliza banco russo para pagar Venezuela por energia	43
Título: Em documento, Vale projetou mortes, custos e até causas possíveis de colapso.....	45
VEÍCULO: O Globo.....	47
Título: Promotoria propõe à Vale pagamentos mensais a vítimas de Brumadinho	47
Título: Mineradora sustenta que laudos não apontavam risco em barragem	49
Título: Requerimento para CPI de desastre é lido no Senado	50
Título: TST define greve contra privatização como abusiva.....	51
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	51
Título: Riscos à beira da barragem.....	51
Título: Plano especial de fiscalização	55

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner e Cristiano Zaia | De Brasília****Título: Governo prepara retaliação de US\$ 180 mi à UE por aço**

O governo brasileiro se prepara para retaliar a União Europeia pelas salvaguardas ao aço anunciadas por Bruxelas no mês passado. A resposta aos europeus deverá ser dada na forma de aumento das tarifas de importação aplicadas pelo Brasil contra US\$ 180 milhões em mercadorias europeias - mesmo valor dos produtos siderúrgicos brasileiros alcançados pela medida protecionista.

O **Valor** apurou que os ministérios da Economia, da Agricultura e das Relações Exteriores trabalham juntos na identificação de uma série de bens produzidos pela UE que possam ter sobretaxas sem prejudicar importadores brasileiros. A retaliação será oficializada provavelmente amanhã.

O Acordo de Salvaguardas da Organização Mundial do Comércio (OMC) permite que países que se sintam prejudicados façam uso de aumentos de tarifas em resposta à aplicação de tais medidas. Elas só podem ser efetivamente adotadas mediante notificação dos parceiros comerciais. É isso o que o Brasil pretende fazer.

As discussões ganharam corpo com a pressão do agronegócio contra as importações de leite em pó europeu, já que chegou ao fim a vigência de uma taxa antidumping autorizada pelo governo. Como forma de manter a proteção, o Palácio do Planalto deu aval ao aumento de 28% para 42% da tarifa específica sobre o leite proveniente da UE. Para isso, o Brasil se valerá da retaliação a que tem direito.

Uma fonte oficial lembra, no entanto, que as importações do produto europeu chegam a apenas US\$ 500 mil por ano. Ou seja, haveria um espaço ainda de mais de US\$ 179 milhões. Trata-se de uma fagulha perto das importações de quase US\$ 35 bilhões que o Brasil teve de produtos europeus em 2018. Como a ideia não é prejudicar importadores brasileiros nem ir na contramão do processo de abertura comercial, o governo busca hoje fechar uma lista de bens da UE que podem causar dor de cabeça a Bruxelas e reforçar o poder de barganha nas negociações específicas do aço.

É mais ou menos o que fez a própria Comissão Europeia, em resposta às salvaguardas americanas também para produtos siderúrgicos e para o alumínio, quando a Casa Branca alegou razões de segurança nacional para impor a

medida. Na tentativa de fragilizar Donald Trump perante lobbies poderosos de empresas ou de regiões, Bruxelas retaliou sobretaxando produtos dos Estados Unidos como as motos Harley-Davidson ou uísque bourbon. O desafio é justamente encontrar produtos que, no caso do Brasil, tenham reflexo político.

Há, no entanto, grande preocupação - sobretudo no Itamaraty - sobre os efeitos que essa retaliação teria nas negociações entre UE e Mercosul para um tratado de livre-comércio. Uma nova rodada de discussões - a primeira depois da posse do presidente Jair Bolsonaro - está prevista para os dias 11 a 15 de março, em Buenos Aires. Embora as sobretaxas brasileiras, se realmente aplicadas, sejam só uma resposta na mesma moeda, teme-se o uso delas pela UE como justificativa para travar um acordo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: País precisa diversificar fontes de energia sem gerar ineficiências

Responsável pela coordenação dos estudos que subsidiarão o planejamento energético do governo de Jair Bolsonaro, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral, vê com bons olhos o avanço da energia eólica e solar e a diversificação dos recursos energéticos brasileiros. Ele entende, no entanto, que há necessidade de aperfeiçoamento do modelo de avaliação da segurança energética do país em relação ao novo cenário e que a solução deve ter razoabilidade econômica, para não onerar consumidores nem prejudicar investidores.

"O planejamento tem um desafio muito interessante decorrente da diversidade de recursos que o Brasil tem. É uma boa dificuldade [para o planejador] permitir que todos esses recursos possam competir em pé de igualdade", afirmou Barral ao **Valor**, em sua primeira entrevista após assumir o cargo, no início deste mês. Segundo ele, a diversificação da matriz elétrica agrega resiliência ao sistema, para lidar com fenômenos climáticos ou choques de oferta de determinado combustível, entre outros eventos.

Por outro lado, acrescentou, é importante garantir a eficiência econômica no uso dos recursos energéticos, "para que não acabemos criando reservas de mercado que levem à ineficiência no uso desses recursos, o que acaba prejudicando a própria competitividade e produtividade da economia brasileira".

Favorável à reforma do setor elétrico brasileiro, Barral conta que o marco regulatório atual, estabelecido em 2004, não possui instrumentos para tratar de questões que surgiram da transformação do setor ocorrida nos últimos 15 anos. Ele ressaltou, porém, que a transição para um novo mecanismo de contratação e formação de preços precisa assegurar as condições de financiamento da expansão do setor. "Em um país que está retomando o crescimento, essa financiabilidade para garantir a oferta não pode falhar."

Também no âmbito da reforma, o presidente da EPE destacou a necessidade de aperfeiçoamento na governança do mercado livre, que nas últimas semanas teve a credibilidade ferida pelo episódio das comercializadoras Vega Energy e Linkx. Elas não conseguiram honrar seus contratos de venda de energia, após a escalada de preços no mercado de curto prazo.

"À medida que o mercado livre e o poder de escolha do consumidor vão tomando um papel maior no setor, a governança do mercado livre é algo que precisa passar por aperfeiçoamento", disse o executivo. "O caso da Vega serve de alerta para a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de regulação e de funcionamento do mercado livre", completou.

Quarto presidente da EPE e o primeiro oriundo do quadro de servidores da estatal, Barral, de 35 anos, ingressou na companhia em 2007 e acredita que a passagem por diversas áreas da empresa lhe garantiu a experiência necessária para assumir a nova função. Aprovado no segundo concurso público realizado pela EPE, Barral iniciou sua trajetória na empresa como analista de pesquisa energética. Trabalhou no estudo de viabilidade da hidrelétrica de Sinop (MT), leiloadada em 2013 e que está prevista para entrar em operação neste ano. Foi superintendente-adjunto e de Projetos de Geração. E, em 2018, assumiu a diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais da companhia. Na EPE, realizou desde estudos de mercado e demanda de energia até habilitação técnica e cálculo de preço-teto para leilões de geração.

Entre as prioridades do novo presidente da EPE, está a conclusão do aguardado Plano Nacional de Energia (PNE) 2050, que traçará os cenários de longo prazo da oferta e demanda de energia do país para os próximos 30 anos, e, com isso, recuperar a consistência do planejamento de longo prazo do setor energético brasileiro. "Essa atenção ao plano de 2050 é um legado meu como diretor de estudos econômicos e energéticos. E é um compromisso meu aperfeiçoar esse planejamento."

Barral contou que o governo pretende fazer pelo menos três leilões de energia neste ano. Além dos tradicionais leilões de energia nova "A-4" e "A-6" (que negociam contratos de energia de novos empreendimentos com início de fornecimento em quatro e seis anos a frente, respectivamente), ainda sem data,

o governo fará um leilão específico para fornecimento de energia a Roraima, devido à insegurança de importação de energia da Venezuela e à falta de uma linha de transmissão ligando o Estado à rede elétrica do restante do país.

Está ainda em análise um quarto leilão, específico para contratação de capacidade usinas termelétricas, proposto pelo antecessor de Barral, Reive Barros. Sobre este tema, Barral disse que o tema "ainda precisa de uma discussão mais aprofundada". Ele reconhece que a contratação de potência demanda atenção por parte do governo, mas sem deixar de considerar o aspecto econômico. "Acertadamente, o ministério [de Minas e Energia] trouxe a importância de aprofundar as discussões", disse ele, em referência à consulta pública aberta sobre o assunto.

Esse ponto faz parte dos três pilares da gestão do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, para os quais a EPE pretende dar suporte, segundo Barral: previsibilidade, estabilidade jurídica e regulatória e governança do setor.

Segundo ele, as pautas prioritárias da EPE com a secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME hoje são a discussão sobre a melhoria do Mecanismo de Realocação de Energia (uma espécie de condomínio de hidrelétricas em que uma usina que tenha produzido mais energia que o previsto cede seu excedente para aquela que tenha produzido menos), a revisão da garantia física de hidrelétricas e termelétricas e os leilões previstos para este ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Brasil dobrará potência eólica até 2026, diz estudo

O Brasil deve passar a ser o 8º país com maior potência instalada em geração eólica até 2026, praticamente dobrando sua capacidade instalada na fonte para algo perto de 25 gigawatts (GW), de acordo com um estudo da consultoria A.T. Kearney, obtido com exclusividade pelo **Valor**. Um dos principais fatores que favorecem o país é a qualidade dos ventos. Enquanto o fator de capacidade (proporção entre a produção efetiva da usina e a capacidade total máxima) média global é de 28%, o Brasil supera 50%, e deve chegar a 63% em 2021, segundo o estudo.

Considerando dados de julho de 2018, o Brasil estava em 12º lugar em número de projetos solares instalados, atrás de mercados como Alemanha, Dinamarca, China, Estados Unidos, França e Espanha. Segundo Cláudio Gonçalves, sócio

especialista no setor elétrico da A.T. Kearney no Brasil, o país tem potencial de ultrapassar alguns mercados europeus no ranking, como Itália, Holanda e Reino Unido.

"Acredito que o Brasil vai subir no ranking. Trabalhamos com empresas otimistas em relação ao mercado de energia renovável", disse Gonçalves, lembrando que o país tem enorme potencial eólico. O mercado europeu, que hoje está na frente, é considerado "saturado" em vários países, como Itália, Reino Unido e Espanha. Além disso, por falta de espaço, países como a Holanda estão apostando em parques eólicos "offshore" (instalados na costa), que são mais caros. Os Estados Unidos, que também se destacam no setor eólico, têm disponível o gás de xisto, que também tem um preço muito competitivo. "Vemos o Brasil com muito potencial de penetração e condições meteorológicas favoráveis. Só vai depender da economia."

O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entidade responsável pelo planejamento energético do país, prevê o acréscimo de 12 GW da fonte eólica no país até 2026. "Somos mais conservadores, prevemos de 9 GW a 11 GW de expansão até 2026", afirmou Gonçalves.

Depois de um período sem a contratação de novos projetos, os leilões foram retomados em 2017 e 2018. Enquanto isso, as geradoras começaram a apostar em leilões privados e contratos no mercado livre, que são uma tendência para continuação da expansão da fonte nos próximos anos. "O jogo vai mudar, acreditamos que os leilões privados e o mercado livre, especialmente, vão continuar crescendo", disse.

"A estratégia dos investidores agora é mais agressiva no mercado livre", disse o especialista. No mercado cativo, os preços de energia devem continuar em baixa, mas não nos patamares vistos nos últimos leilões, abaixo de R\$ 100 por megawatt-hora (MWh). "Mas o mercado ainda tem ajustes, vai demorar de dois a três anos até as fábricas voltarem a operar cheias. Só quando isso acontecer, os fabricantes serão mais exigentes em termos de preço", explicou.

A A.T. Kearney identificou outras tendências para o setor eólico no Brasil, como a continuação da capacidade ociosa de vários fabricantes de turbinas e torres. "O mercado cresceu rápido e em grande escala, e os players acabaram não se estruturando da melhor forma. Por isso, têm fabricas e quadros de funcionários maiores que o necessário. Essa é uma oportunidade de busca por eficiência."

Do ponto de vista dos desenvolvedores de projetos, a consultoria vê oportunidades de priorização de portfólio. "Eles precisarão aprimorar as práticas para serem mais competitivos", afirmou, lembrando que hoje a

demanda por novos projetos de geração em leilões é menor, e o mercado livre exige qualidade e atratividade ainda maior dos empreendimentos.

Uma área que tem chamado a atenção dentro da cadeia de suprimento é o foco em operação e manutenção de ativos. Segundo Gonçalves, esse segmento ainda é muito fragmentado, mas as grandes empresas do setor elétrico devem ocupar um papel cada vez maior nisso. "Algumas empresas começaram a trabalhar com eficiência internamente, mas hoje vemos muitas discutindo por que não fazer serviço de operação e manutenção também de parques vizinhos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

Título: Governo faz bloqueio preventivo de gastos

O governo vai fazer um bloqueio preventivo de gastos neste início de ano antes de concluir uma análise mais detalhada sobre as projeções fiscais para 2019. Em reunião nesta semana, a equipe econômica e o Palácio do Planalto decidiram liberar aos ministérios apenas 1/18 por mês do Orçamento até que sejam atualizadas as estimativas oficiais de receitas e despesas no fim de março.

A decisão foi tomada na segunda-feira durante encontro da Junta Orçamentária, que reúne representantes das pastas da Fazenda e do Planejamento (hoje reunidas no Ministério da Economia) e da Casa Civil. Conforme apurou o **Valor**, a medida foi defendida porque uma primeira revisão na projeção das receitas e despesas já demonstrou que algum grau de contingenciamento é necessário.

De acordo com técnicos do governo, as estimativas "mais realistas" apresentadas pela equipe econômica evidenciaram a necessidade da limitação para garantir a meta fiscal fixada para o ano. Mesmo assim, membros da equipe econômica afirmam que a medida é de rotina e negam haver preocupações com um possível descumprimento do número.

A meta de resultado primário aprovada pelo Congresso Nacional é um déficit de R\$ 139 bilhões para 2019. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido que esse rombo pode ser eliminado neste ano por meio de medidas como o leilão da chamada cessão onerosa (que poderia render R\$ 100 bilhões à União, de acordo com as estimativas do governo). Também podem ajudar nas contas de 2019 outros itens ligados à exploração de óleo e gás. O Orçamento prevê a entrada de R\$ 15,6 bilhões em concessões, mas algumas disputas de petróleo previstas não estão incluídas na conta.

Nos últimos anos, o bloqueio preventivo já foi usado como forma de limitar as despesas dos ministérios antes que houvesse no início do ano um alto montante de empenhos (uma das etapas da despesa pública). A medida é vista como provisória enquanto os dados do ano ainda são calculados para se constatar a real necessidade de um eventual contingenciamento de recursos.

Por meio dos decretos de programação financeira, o governo pode ajustar o ritmo de execução do Orçamento ao fluxo provável de recursos, para que seja assegurada a execução dos programas previstos. Logo após a sanção presidencial à Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso, o Executivo tem o prazo de 30 dias para editar um decreto estabelecendo a programação e o cronograma de desembolso mensal por órgãos considerando as metas fiscais. O Orçamento foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 16 de janeiro. O decreto deste ano já deverá contemplar a nova estrutura com fusões de ministérios.

Neste ano, uma das incertezas que rondam o Orçamento é a privatização da Eletrobras - que renderia R\$ 12 bilhões à União, nos cálculos do governo. A receita com a operação acabou inserida nas contas de 2019 pela equipe econômica do então presidente Michel Temer. Mas a operação ainda está pendente de aval do Congresso, que já demonstrou no passado ter resistências à venda de ações da estatal. O próprio Bolsonaro já deu declarações durante a campanha eleitoral contrárias à privatização.

Em meio às dúvidas, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse há cerca de duas semanas que essa receita só seria mantida no Orçamento com um sinal concreto do governo para a operação. Por exemplo, com uma nota do **Ministério de Minas e Energia** prevendo a venda. Caso a privatização seja confirmada, os recursos iriam para o Tesouro pelo pagamento de bônus com a descotização das usinas da empresa - operação diferente da simples venda de estatais, que legalmente não pode ser usada para gerar resultado primário (apenas para abatimento da dívida pública). **(Colaborou Ribamar Oliveira)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Internacional

Autor: Jude Webber | Financial Times, da Cidade do México

Título: México vive dilema de como capitalizar a petroleira estatal Pemex

O presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, está sob pressão para apresentar um bom plano de resgate financeiro da Pemex, a estatal de petróleo, hoje sufocada por uma alta carga tributária e dívidas. Mas não se sabe

se ele conseguirá o dinheiro para recuperar a empresa mantendo as suas promessas de disciplina fiscal.

López Obrador está prometendo ajuda em questão de dias, para revitalizar a estatal, que está no centro de sua política energética nacionalista. "Temos os recursos... Vamos diminuir a carga tributária da Pemex como nunca", disse. E acrescentou que "economias" não detalhadas financiarão os cortes.

Mas a economia do México está em desaceleração, e os investidores já acreditam que o governo não conseguirá cumprir sua meta de crescimento de 2% para este ano.

"Acho que a Pemex não conseguirá manter seu grau de investimento por muito tempo mais se o governo não tomar uma medida drástica. O preocupante é que o governo acha que está tomando uma medida drástica", diz Shamaila Khan, diretora de dívida de mercados emergentes da gestora de recursos AllianceBernstein.

Criada em 1938, quando o México estatizou seu setor petrolífero, a Pemex é um ícone nacional. Mas sofre por ser o "cofrinho do governo", obrigada a transferir a maior parte de seus lucros para o Estado na forma de impostos e royalties, e assumir dívidas cada vez maiores.

"A Pemex não foi criada para ser uma companhia. Ela foi concebida como braço executivo da política de petróleo do México", diz Gonzalo Monroy, consultor especializado no setor de energia.

López Obrador colocou um aliado, Octavio Romero, no comando da Pemex. Mas ele é um agrônomo, sem experiência em energia e sem influência com investidores. A produção da Pemex está em queda livre, e a classificação de sua dívida está perto da categoria "junk".

López Obrador diz que a Pemex está em sua melhor forma em 30 anos já que o governo está injetando US\$ 1,25 bilhão neste ano, visando elevar sua produção de petróleo. Mas analistas afirmam que a meta de 2,4 milhões de barris/dia até 2024, ante o 1,73 milhão de b/d em dezembro, é ilusória. E questionam a decisão de construir uma refinaria cara para eliminar a dependência de combustíveis importados dos EUA, uma vez que o refino é uma atividade menos lucrativa do que a exportação de petróleo.

López Obrador suspendeu a histórica reforma energética de 2013, que abriu o setor a investimentos estrangeiros - alegando que a Pemex foi prejudicada enquanto empresas privadas não investiram nem produziram. Assim, joint ventures que poderiam ajudar a Pemex a dividir custos operacionais estão

descartadas, e o presidente rejeitou o fraturamento hidráulico ("fracking") para explorar as vastas reservas de xisto do México.

"Eles estão presos em sua própria narrativa", afirma Monroy.

Hoje, a Pemex contribui com apenas 19% do orçamento nacional, menos de metade do nível que costumava ser, e está em dificuldades financeiras. No mês passado, a agência Fitch rebaixou a classificação da dívida da empresa para BBB-, um ponto acima da classificação "junk", citando o "substancial fardo tributário, a alta alavancagem, as significativas responsabilidades previdenciárias não financiadas, as grandes exigências de investimento de capital, o patrimônio negativo e a exposição ao risco de interferência política".

Um novo rebaixamento de sua dívida forçaria gestores de fundos que só podem aplicar em ativos com grau de investimento a vender seus bônus. O México e a Pemex estão entre os maiores emissores de dívida dos emergentes.

A Pemex é a petroleira mais endividada do mundo, e 44% de sua dívida de US\$ 104 bilhões vence entre 2019 e 2023. Ela também tem obrigações previdenciárias estimadas em US\$ 66 bilhões.

O governo anunciou um aumento limitado das deduções fiscais, mas o mercado quer uma estratégia coerente, e não ajustes parciais. "Acho que a Pemex precisa de um alívio de US\$ 10 bilhões a US\$ 25 bilhões por ano, mas isso é um corte de impostos significativo, de cerca de 1% do PIB", diz Graham Stock, estrategista sênior de mercados emergentes da gestora BlueBay. Isso exigiria um "anúncio de credibilidade sobre como o Tesouro vai cobrir a diferença".

A Pemex, que divulgará seu balanço de 2018 em 27 de fevereiro, virou sinônimo de corrupção, enquanto o México teve 25 anos de bonança proporcionada pelo gigantesco campo de Cantarell, que elevou a produção de petróleo para 3,4 milhões de b/d em 2004.

Embora a Pemex tenha custos de produção baixos, se não for gerida como uma empresa "você pode fazer mudanças fiscais ou injetar dinheiro, que a única coisa que estará fazendo será jogar dinheiro fora", disse Oscar López Velarde, especialista em energia da firma de advocacia Ritch Muller.

Uma solução, segundo uma ex-autoridade, seria o governo aproveitar seu rating melhor e emitir dívida para injetar dinheiro na Pemex. Com um endividamento equivalente a 45,8% do PIB, o México tem espaço para aumento de 0,5 ponto a 1 ponto no endividamento, diz Carlos Serrano, economista-chefe do BBVA Bancomer.

O problema é que socorrer a Pemex poderia frustrar as promessas fiscais de Lopez Obrador de manter um superávit primário de 1% do PIB. Isso acabaria com sua promessa de não emitir mais dívida ou o forçaria a abandonar ou adiar projetos, como o da refinaria.

Também não há garantia de que mais dinheiro gerará mais produção. A Associação de Companhias Mexicanas de Hidrocarbonetos observou que os investimentos da Pemex cresceram 14% entre 2005 e 2014, mas a produção caiu 25%.

Mesmo assim, sem dinheiro extra, Lucas Aristizábel, da Fitch Ratings, acredita que a produção de petróleo cairá 5% ao ano. No âmbito do gás, as importações mexicanas de gás americano barato vão crescer pelo menos 34% até 2024.

"Todo governo fica em busca da bala de prata, mas a bala de prata há muito se foi", afirmou John Padilla, um consultor do setor de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Internacional

Autor: Kejal Vyas | Dow Jones Newswire, de Caracas

Título: China já negocia dívida e petróleo com a oposição na Venezuela

A China vem mantendo contatos com a oposição da Venezuela para proteger seus investimentos no país, em meio à crescente pressão sobre Nicolás Maduro, que tem em Pequim um aliado importante.

Diplomatas chineses, preocupados com o futuro de seus projetos de petróleo na Venezuela e com os quase US\$ 20 bilhões que Caracas deve a Pequim, vêm se reunindo em Washington, nas últimas semanas, com representantes de Juan Guaidó, o líder opositor que lidera os esforços apoiados pelos EUA para tirar Maduro do poder. A informação foi dada por fontes a par das discussões.

"A China reconhece a possibilidade crescente de mudança de regime e não quer ter problema com um novo regime", diz R. Evan Ellis, especialista em relações chinesas com a América Latina do Army War College, dos EUA. "Embora prefiram a estabilidade, estão percebendo que não podem apostar todas as fichas num só número".

As discussões são um sinal da preocupação crescente entre os credores do governo esquerdista da Venezuela. Por quase duas décadas, os acordos de concessão de empréstimos em troca do fornecimento de petróleo firmados com a China e a Rússia proporcionaram apoio vital à Venezuela. As relações prosperaram sob o antecessor de Maduro, Hugo Chávez. Mas pioraram desde

que Maduro assumiu o poder, em 2013, e a economia começou a encolher, com a produção de petróleo caindo mais de 50% após anos de corrupção desenfreada e má administração.

As sanções contra o petróleo venezuelano, anunciadas pelos EUA no mês passado, agravaram a situação de Maduro, tirando da Venezuela sua única fonte significativa de receita e pressagiando mais queda na produção de petróleo.

O Ministério das Relações Exteriores da China não respondeu a um pedido de comentário sobre os contatos com a oposição venezuelana. Nas últimas semanas, o ministério sugeriu que havia contatos e que Pequim quer que seus interesses sejam respeitados.

Guaidó acenou publicamente para a China e Rússia. Num desafio direto a Maduro, ele vem dizendo que a mudança política trará reformas econômicas para restaurar a estabilidade no país. A Venezuela, que tem as maiores reservas de petróleo do mundo, deverá manter seus laços com a China, o maior importador de petróleo, disse ele.

A queda de Maduro poderá trabalhar a favor da China, segundo Ellis. "Guaidó poderá ajudar a suspender as sanções e fazer o petróleo fluir novamente. No fim, a China tem tudo a ganhar com ele."

Fontes disseram que há barreiras significativas na negociação da dívida. A Venezuela ainda deve cerca de US\$ 20 bilhões, e a China não quer ter uma perda significativa. Os dois lados vêm discutindo períodos de carência e planos de pagamento, para dar a qualquer potencial governo transitório venezuelano, um espaço para respirar, disseram as fontes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e André Ramalho | Do Rio

Título: Vale trabalha para retomar operação na mina de Brucutu

A Vale indicou ontem que vai tentar reverter a suspensão das operações da barragem de Laranjeiras, responsável por receber os rejeitos de Brucutu, a maior mina da empresa no Estado. "A Vale considera que barragens convencionais [como Laranjeiras] não têm risco iminente. Vamos tentar conversar com os envolvidos para esclarecer essa situação e tentar uma solução

amigável", disse Luciano Siani Pires, diretor-executivo de finanças da mineradora.

Laranjeiras foi uma das oito barragens da empresa cujas operações foram suspensas no dia 4 deste mês por decisão judicial. Parte dessas barragens, construídas a montante, estava inoperante. A parada de Laranjeiras representa perda de 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Siani disse que, por ser uma barragem convencional, Laranjeiras não deveria ter as atividades suspensas.

Siani fez as declarações em coletiva, na sede da Vale, no Rio, quando rebateu informações que circularam nos últimos dias segundo as quais a Vale sabia dos riscos de rompimento da barragem I da mina de Feijão. A agência Reuters noticiou que a Vale estava ciente do "risco elevado" de ruptura da barragem. Siani argumentou: "Nos últimos dias uma série de especulações foi veiculada a partir de fragmentos de informação que, se mal interpretados, podem levar a conclusões equivocadas... Em particular, a história que foi construída em alguns círculos, de que essa era uma barragem intrinsecamente insegura, com fatores de segurança baixos e cujos níveis de água subiram ao longo do tempo, e que, dois dias antes do acidente, [o aumento dos níveis de água] teria sido objeto de leitura pelos instrumentos e que funcionários da Vale teriam tido acesso a essa informações e não teriam feito as comunicações apropriadas. Essa narrativa não se sustenta pelos fatos."

A Reuters fez referência a dois relatórios internos da Vale, um de 2017 e outro de 2018, que indicariam que a mineradora sabia sobre os riscos da barragem. O gerente-executivo de planejamento e desenvolvimento de ferrosos e carvão da Vale, Lúcio Cavalli, reiterou que a barragem não recebia rejeitos desde 2016 e que encontrava-se em fase de fechamento. Afirmou que houve desvio de nascentes que abasteciam o reservatório, automatização de 46 piezômetros (medidores) e instalação de câmeras, sirenes e radares. Segundo Cavalli, a barragem foi auditada em 2018 e "declarações de estabilidade" foram emitidas em março, junho e setembro do ano passado. Em dezembro, a empresa obteve licença para fechar a barragem.

Ainda segundo a Vale, laudo elaborado pela empresa IBPTech confirma que não houve elevação no nível de água na Barragem I, de Feijão. "Não houve erro de leitura dos piezômetros. O que ocorreu foi problema de configuração de quatro piezômetros. O laudo [da IBP] deixa claro que, uma vez configurados corretamente, os piezômetros mantiveram comportamento normal." Cavalli

disse que análises preliminares indicam que não houve evento sísmológico antes do rompimento da barragem. A Vale, porém, ainda não tem respostas para a tragédia: "Contratamos um painel de especialistas internacionais e somente após a conclusão desse trabalho é que poderemos ter uma resposta sobre o que aconteceu. Certamente não será uma coisa rápida."

Siani também minimizou a troca de e-mails entre técnicos da Vale e da empresa Tüv Süd, responsável pelos laudos de segurança da barragem I, dias antes da tragédia. "Estamos na posse de um relatório de peritos que tem toda a troca de e-mails sobre a qual se especulou. Esse relatório concluiu que os 46 medidores de água (piezômetros) da barragem funcionaram corretamente." Ele também afirmou que a alta administração da companhia (diretoria e conselho) não tinha conhecimento de detalhes geotécnicos sobre barragens.

"Havia muita controvérsia sobre essa questão de se repassar detalhes técnicos para a alta gestão. A situação é parecida com a de um avião. Se um mecânico detecta um problema, tem que ter autonomia para decisões imediatas. Escalar isso na hierarquia da empresa pode significar a diferença entre tomar uma atitude rápida e não tomar." Siani afirmou que, desde 2016, houve 46 reuniões de órgãos da administração da Vale sobre barragens. "De modo geral, víamos visões consolidadas de que as barragens todas tinham relatório de estabilidade, estavam de acordo com a legislação, tínhamos conhecimento dos investimentos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile | De Brasília

Título: CSN e Porto Sudeste vão ao Cade contra compra da Ferrous

Empresas que atuam no setor de mineração e exportações de minério de ferro entraram no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra a aquisição do controle da Ferrous Resources Limited pela Vale. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) alegou que se a operação for aprovada ela poderá provocar efeitos anticoncorrenciais que atingiriam outras mineradoras. A Porto Sudeste também alegou que o negócio, se concretizado, poderá causar danos à competição no setor de terminais portuários para minério de ferro.

A Ferrous, com operações em Minas Gerais, na região do Quadrilátero Ferrífero, próximo de minas da Vale, foi adquirida no início de dezembro por US\$ 550 milhões. A empresa, criada em 2007, e ampliada em 2011, hoje tem capacidade

para adicionar 4 milhões de toneladas de minério ao ano ao portfólio da Vale. Sua minas estão situadas na região dos municípios de Brumadinho, Congonhas, Itabirito e Itatiaiuçu.

Segundo a Vale, por época da aquisição, a mineradora ganha vantagem ao se incorporar a sua estrutura logística, beneficiando-se da redução de custos em seu sistema de produção. A Ferrous era controlada pela Icahn Enterprises, dona de 77% das ações.

A Vale contra-argumentou que a compra da Ferrous não vai gerar efeitos prejudiciais para a concorrência. A Superintendência-Geral do Cade está ouvindo as concorrentes. "A Vale entende que a operação proposta não gera efeitos anticompetitivos, nem qualquer prejuízo ao mercado brasileiro", afirmou a assessoria da empresa ao **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**.

Já a operadora Porto Sudeste alegou que a operação tem como "finalidade unicamente retirar do mercado um agente que poderia se tornar um dos principais rivais da Vale devido a sua relevante capacidade produtiva e grande potencial de expansão no curto prazo, enfraquecendo a franja de mineradores independentes".

Segundo diz, a operação "causará efeitos anticompetitivos no mercado de terminais portuários dedicados a minério de ferro". A Porto Sudeste argumentou que os terminais portuários são capazes unicamente de competir por minério de ferro extraído próximo a ferrovias. "O Porto Sudeste [litoral do Rio] é um ativo fundamental para incrementar a concorrência entre terminais portuários dedicados a minério de ferro na região de Itaguaí (RJ)", apontou a empresa em documento enviado à SG.

Segundo afirma, a entrada do Porto Sudeste no mercado em 2015 possibilitou que mineradores independentes de Serra Azul e Serra da Moeda, em Minas, pudessem exportar sua produção sem depender das janelas de embarque de carga de terceiros disponibilizadas pelos terminais da Vale. "A eliminação do Porto Sudeste implicaria dominação pela Vale do mercado de terminais portuários dedicados a minério de ferro", diz.

Trata-se de um porto privado, inicialmente projetado pelo empresário Eike Batista. É dedicado ao carregamento de grânéis sólidos (minério de ferro) e está localizado na Ilha da Madeira, em Itaguaí. Inicialmente, o terminal foi desenhado para movimentar até 50 milhões de toneladas. O Porto Sudeste pertence à joint venture formada pela operadora mundial de terminais Impala, subsidiária do Grupo Trafigura, e pelo fundo de investimento Mubadala Investment Company. Começou a operar em agosto de 2015.

A CSN contesta o negócio e entrou no Cade no início desta semana. Segundo a siderúrgica, a Vale teria 80% de toda a produção de minério de ferro no Brasil, o que faz com que ela controle ativos minerários relevantes com capacidade para produções no mercado. "Em síntese, por meio da presente operação é legítimo o argumento já manifestado pelo Porto Sudeste de que a Vale retirará do mercado um agente independente, com reais condições de aumento da oferta de minério de ferro ao mercado no curto prazo, colaborando com a disciplina de preços e incrementando a rivalidade", alegou.

A Vale terá prazos para apresentar novas defesas da operação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Andrea Jubé e Carla Araújo | De Brasília

Título: Governo busca saída jurídica para liberar FGTS às vítimas em Brumadinho

O governo encomendou à Advocacia-Geral da União (AGU) uma saída jurídica para garantir a liberação dos saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as vítimas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). O governo cogitou recuar da liberação dos saques, anunciada três dias após a tragédia, mas na segunda-feira o conselho de ministros que discute medidas de socorro às vítimas e ao município decidiu manter o benefício, desde que o ministro André Luiz Mendonça indicasse uma alternativa. Uma possibilidade é a edição de uma medida provisória, segundo apurou o **Valor**.

A AGU reforça que a responsabilidade pela reparação dos danos causados é da Vale, mas reconhece que o governo pode adotar medidas que facilitem a recuperação das vítimas e dos familiares das vítimas no desastre de Brumadinho. "Todo o trabalho que está sendo feito é para que essa liberação seja feita, mas feita pelo motivo correto, que não é um desastre natural", destacou o ministro Mendonça.

Uma lei sancionada em 2004 permite o saque em casos de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural. O governo Bolsonaro, contudo, não quer tratar o desastre de Brumadinho como um episódio "natural" e sim um "desastre industrial e ambiental".

De acordo com informações da Caixa, seriam liberados até R\$ 6.220 a cada morador da área atingida em Brumadinho que tenha saldo no FGTS.

Na segunda-feira, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que não era justo que a poupança dos trabalhadores fosse utilizada para reparar danos

causados por uma empresa particular. "O FGTS é um recurso da pessoa, que ao longo da sua vida vai acumulando. Não é justo que um terceiro dê causa e a pessoa tenha que arcar com seu próprio recurso", disse.

Nos bastidores, entretanto, a orientação da Casa Civil era evitar que o governo Jair Bolsonaro repetisse o gesto da presidente Dilma Rousseff, que editou um decreto considerando "desastre natural" a tragédia de Mariana em 2015, provocada pelo rompimento da barragem da Samarco, controlada pela Vale. O decreto assinado por Dilma permitiu que as vítimas sacassem os recursos do FGTS. Dilma foi criticada pela ação e teve de se justificar, publicamente, esclarecendo que o decreto falou em "desastre natural" para atender à legislação em vigor, que impunha essa condição para liberar o FGTS.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval e David Sheppard | Financial Times, de Londres

Título: Saudi Aramco busca petróleo e gás pelo mundo

A Arábia Saudita pretende desenvolver atividades internacionais de produção e exploração de fontes de energia pela primeira vez em sua história, aumentando a aposta na área de petróleo e gás mesmo enquanto busca depender menos dos hidrocarbonetos.

Khalid al Falih, ministro da Energia e presidente do conselho de administração da petrolífera estatal Saudi Aramco, disse ao "Financial Times" que a expansão no exterior vai ser uma parte crucial do futuro da empresa. "Não vamos mais olhar só para dentro e ter foco em apenas monetizar os recursos do reino", disse Falih. "No futuro, o mundo vai ser uma área de atuação da Saudi Aramco."

Embora a Saudi Aramco seja a maior produtora de petróleo do mundo, nunca se aventurou de forma expressiva no exterior para extrair recursos, sempre dependendo das reservas domésticas. Perguntado se a empresa pretende se tornar um nome internacional, como a Royal Dutch Shell ou a Exxon Mobil, e extrair petróleo e gás no exterior, Falih foi direto na resposta: "Correto".

Apesar das reformas ambiciosas incentivadas pelo príncipe-herdeiro Mohammed bin Salman, para fazer o país largar o que ele chamou de seu "perigoso vício em petróleo", Falih preparou planos para que a Arábia Saudita invista mais no setor que tem sustentado sua economia tradicional.

A iniciativa coloca em evidência como a Arábia Saudita deverá continuar dependente em relação a sua grande força, a área de petróleo e gás, para elevar receitas, uma vez que encontra dificuldades para diversificar-se em novos setores, como os de tecnologia, turismo, assistência médica e mineração.

Falih disse que o setor de petróleo e gás, que domina sua economia há décadas, em última medida ainda vai representar pelo menos 40% a 50% da receita do país, mesmo se as ambiciosas reformas se concretizarem.

Embora o país tenha investido no exterior em refinarias e no setor petroquímico, as declarações de Falih são o sinal mais claro até agora das ambições sauditas de desenvolver projetos de extração de petróleo e gás no exterior, uma investida que poderia levá-la a concorrer contra rivais internacionais.

O ministro indicou que inicialmente os esforços terão foco na criação de operações "internacionais de gás". Muitos grandes nomes da energia mundial investem cada vez mais na área de gás, uma vez que o crescimento da demanda pela fonte vem sendo maior do que no caso do petróleo.

Embora seja a maior produtora do mundo, petroleira nunca se aventurou de forma expressiva fora do país

A Arábia Saudita tem estudado investimentos no setor de gás natural liquefeito (GNL) na Rússia e negocia comprar instalações de exportação nos Estados Unidos. Falih, porém, também mencionou a Austrália como possível destino dos investimentos.

"Podemos ficar cabeça a cabeça com qualquer um e superá-los", disse Falih, comparando favoravelmente a capacidade de produção e exploração da Saudi Aramco em relação aos rivais internacionais.

Mais recentemente, a Saudi Aramco chamou a atenção da comunidade financeira internacional quando o príncipe Mohammed revelou planos para abrir o capital da petrolífera estatal por meio do lançamento de ações no mercado.

Fontes a par dos planos disseram que a iniciativa foi adiada indefinidamente. Falih, contudo, foi categórico quanto aos planos de expansão, dizendo que a iniciativa reflete a necessidade de satisfazer possíveis investidores externos.

"Seu eu tiver investidores de Nova York ou Londres ou Tóquio que estão investindo na Saudi Aramco, eles vão querer que a Saudi Aramco esteja competindo com as melhores petrolíferas internacionais do mundo", disse.

Houve vários obstáculos para abertura de capital, que teria sido a maior oferta pública inicial de ações do mundo, como a percepção de que a operação não avaliaria a empresa em US\$ 2 trilhões como o príncipe Mohammed desejava, além de preocupações com questões de regulamentação e com a exposição jurídica que a Saudi Aramco passaria a ter.

O poderoso fundo soberano do país deveria ser o principal destino dos US\$ 100 bilhões que o país pretendia levantar com a oferta inicial. Sem a operação, a Saudi Aramco foi instruída a comprar a participação de 70% que o fundo tinha na empresa petroquímica saudita Sabic. A Saudi Aramco vai emitir um bônus para pagar parte da transação com a Sabic, de US\$ 70 bilhões, e vai dar início em breve a uma série de reuniões para investidores em cidades pelo mundo com o objetivo de promover o lançamento dos papéis, segundo informou Falih.

Produção será reduzida para 9,8 milhões de barris por dia em março, contra 11 milhões de barris em novembro

A venda da participação permite ao fundo soberano saudita de investimentos públicos (PIF, na sigla em inglês) levantar dinheiro com rapidez em um momento no qual as transferências que recebe Ministério das Finanças vem encolhendo. A economia saudita vem cambaleando desde a onda de queda dos preços do petróleo em 2014, que trouxe vários anos de medidas de austeridade no país.

Enquanto o reino lidava com a desaceleração, a morte do jornalista Jamal Khashoggi em 2018 desencadeou sua maior crise diplomática com o Ocidente desde os atentados de 11 de setembro de 2001 contra os EUA.

"Obviamente há uma espécie de nuvem que foi criada por esse incidente trágico e infeliz", disse Falih. "[Mas] ninguém está se afastando [...] Refuto essa crença de que as pessoas estejam evitando investir na Arábia Saudita."

Apesar dos comentários, há sinais de que autoridades sauditas estão preocupadas com a capacidade do país para atrair capital e conhecimento estrangeiros para impulsionar as reformas.

O país depara-se com outros problemas de mais curto prazo, como sua relação com os EUA, os aliados mais antigos e importantes das sauditas. O presidente

americano Donald Trump apoiou a Arábia Saudita durante o caso Khashoggi, mas há muito tempo nutre animosidade em relação à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), liderada pelos sauditas.

Projetos de lei que tornariam possível para o governo dos EUA processar países da Opep por manipular os preços do petróleo estão em discussão no Congresso americano e acredita-se que as chances de aprovação sejam as maiores até agora.

Falih disse acreditar que os EUA vão "fazer a coisa certa" e alertou que uma lei desse tipo poderia ser "prejudicial" para a economia mundial. O mundo sofreria "irreparavelmente" se a Arábia Saudita perdesse a capacidade de elevar ou reduzir rapidamente a produção para equilibrar o mercado.

Arábia Saudita e Reino Unido têm encabeçado os planos dos principais produtores mundiais para restringir a oferta e elevar os preços, depois da queda na cotação de 40% no fim de 2018. O petróleo hoje é negociado em torno a US\$ 60 o barril. O orçamento da Arábia Saudita baseia-se em uma cotação mais próxima a US\$ 80 (ontem o barril do tipo Brent para entrega em abril fechou cotado a US\$ 62,42, alta no dia de 1,48%).

Falih disse que o país vai reduzir a produção para cerca de 9,8 milhões de barris por dia em março, em comparação aos mais de 11 milhões de barris diários produzidos em novembro. As exportações cairiam de 8,2 milhões para 6,9 milhões de barris diários, na comparação entre os mesmos períodos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem e Siemens fecham parceria para polo do ABC

A central petroquímica da Braskem no polo do ABC, em São Paulo, receberá investimentos de R\$ 600 milhões nos próximos dois anos, para modernização do sistema termelétrico que atende a unidade. Os recursos serão aportados pela petroquímica e pela alemã Siemens, e resultarão na troca das turbinas a vapor que hoje alimentam a central por motores elétricos de alto desempenho e instalação de uma usina de cogeração, que consumirá gás residual do processo produtivo da Braskem.

De acordo com o diretor de Energia da companhia, Gustavo Checcucci, o objetivo é ampliar a eficiência na produção de petroquímicos básicos a partir do

início de 2021, quando o projeto entrará em operação. A interligação do novo sistema à central petroquímica será feita no fim de 2020, durante parada geral de manutenção. "O projeto foi concebido para trazer ganho de eficiência energética e disso surgiu a parceria com a Siemens", disse o executivo ao **Valor**.

À Braskem caberá a substituição das turbinas a vapor pelos motores elétricos, capazes de suprir a necessidade do cracker, enquanto a Siemens será responsável pela usina de cogeração, com capacidade de 40 megawatts (MW) - distribuída em duas turbinas de 20 MW cada -, e a operação do sistema por meio de um contrato de 15 anos. O valor desembolsado por cada companhia na parceria não é revelado.

Conforme Checcucci, a estimativa com o novo sistema é de redução de 11,4% no consumo de água e de 6,3% nas emissões de gás carbônico da unidade. "Os motores atenderão a uma carga importante da unidade. Com isso, conseguimos focar em excelência operacional, com um viés de desenvolvimento sustentável", disse o executivo.

De acordo com o principal executivo da Siemens no Brasil, Yuri Sanches, essa é a primeira vez que a companhia alemã estabelece uma parceria nesse modelo de investimento conjunto no país. "Há um índice elevado de conteúdo nacional no projeto", destacou o executivo, exemplificando que as subestações serão fabricadas no Brasil.

A Braskem dará início ao detalhamento do projeto e aquisição dos principais equipamentos. O movimento intenso de instalação desses equipamentos deve ocorrer em 2020. Do lado da Siemens, as encomendas estão colocadas e as obras de adaptação na área da Braskem onde será instalada a usina de cogeração já começaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Ledax em energia solar

A fabricante de luminárias de LED Ledax lançou uma nova divisão de negócios, a Ledax Energy Solutions, voltada para geração distribuída. A Ledax será responsável pela entrega de todo o projeto já pronto para funcionar. As placas solares serão importadas, mas a companhia vai fabricar sistemas de fixação e instalar o sistema em operação ao cliente final. Podem ser enquadrados como

geração distribuída projetos com até 5 megawatts (MW) de potência. A energia gerada é injetada na rede e resulta em um desconto para o consumidor.

Minério abaixo de US\$ 90

Os preços do minério de ferro no mercado à vista chinês encerraram ontem em queda, abaixo do nível dos US\$ 90 por tonelada retomado após quase dois anos. De acordo com a "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 3,23%, ou US\$ 2,93, para US\$ 87,65 a tonelada. A commodity registrou forte valorização na segunda-feira, quando o mercado chinês foi reaberto após uma semana de feriado para celebração do Ano Novo Lunar. No ano, a commodity acumula valorização de 20,51%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: 'Pró- RenovaBio' assume a Unica

Enquanto o novo governo diz que seguirá a lógica de "mais Brasil e menos Brasília", o segmento sucroalcooleiro se prepara para uma intensa interlocução com os novos atores políticos instalados na capital. Para isso, as usinas de cana do Centro-Sul escolheram para presidir a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) o "padrinho" do programa RenovaBio no Congresso, o advogado e ex-deputado federal pelo PV Evandro Gussi, que assumiu o cargo ontem.

A apresentação do projeto de lei que criou o RenovaBio em 2017 se tornou um forte cartão de visitas de Gussi junto ao setor privado, mas suas credenciais ganharam musculatura pelo acompanhamento que fez da regulamentação do programa e pela publicidade que deu à política nas cinco viagens internacionais que realizou em 2018 - entre as quais a um seminário da Organização Internacional do Açúcar (OIA), em Londres, e à COP 24, em Katowice.

Ao **Valor**, Gussi disse que o segmento deve apoiar as reformas econômicas em construção pelo governo Bolsonaro, que buscam "a equalização das contas públicas e a desestatização de áreas". "Tudo o que estamos vendo nessa área econômica tem nos agradado", afirmou.

Tais medidas, segundo empresários, deverão favorecer especificamente o segmento, já que a saúde financeira das usinas é sensível à inflação, que

pressiona os custos em um mercado com pouca margem de repasse de preços, e à taxa de juros, dada a alta intensidade de capital empregado na atividade.

A defesa de um regime liberal na economia não deverá abrir espaço para pleitos de subsídios, acredita Gussi. "Já somos competitivos. Desde que não sejamos atrapalhados, como fomos no governo Dilma, não precisamos de ajuda", afirmou ele.

Mas algumas pautas setoriais deverão ser acompanhadas de perto e com urgência, como a conclusão da regulamentação do RenovaBio. Criado para estimular o consumo de biocombustíveis e reduzir as emissões de gases estufa, o programa precisa ser regulamentado até o fim do ano para começar a vigorar em 2020, o que é encarado pelo setor privado como um período crítico. Nesse sentido, as usinas contam com o trânsito de Gussi com outros parlamentares e com interlocutores do presidente Jair Bolsonaro.

Para o novo presidente da Unica, a regulamentação do RenovaBio deverá atrair investidores pela previsibilidade conferida pela política e pela perspectiva de maior receita das usinas, que poderão vender os créditos de descarbonização (CBios). "Já vimos um crescimento de 7% no volume de comercialização na última Fenasucro [feira anual de vendas de máquinas ao setor], e todos os participantes atribuíram às perspectivas trazidas pelo RenovaBio", celebra.

Também na frente política, Gussi comandará o esforço da Unica para convencer o governo Bolsonaro a ter uma postura mais firme com os EUA sobre a importação de etanol, embora o presidente tenha deixado claro seu maior alinhamento com Washington. Criada em 2017, a cota de importação do produto isenta da tarifa do Mercosul vai expirar em setembro. Segundo Gussi, não faz sentido o Brasil garantir tal vantagem ao produto enquanto os EUA mantiverem sua cota para importar açúcar, que dificulta a entrada do adoçante brasileiro. Sem mudança nessa frente, Gussi afirmou que "voltar à tarifa de 20% sobre o etanol americano seria uma possibilidade".

Ainda no comércio internacional, há uma perspectiva de que as negociações bilaterais precisarão ser reforçadas. No ano passado, ante pressão da Unica, o governo decidiu duas vezes que recorreria à Organização Mundial do Comércio (OMC), contra a China e contra a Índia, por barreiras contra o livre-comércio de açúcar. Mas, entre as usinas, avalia-se que os resultados da atuação multilateral vêm apenas "quando o estrago já foi feito".

Para Gussi, é preciso recorrer ao máximo às conversas bilaterais antes de chegar aos órgãos multilaterais, mas uma postura não exclui a outra. "Quando há ofensas ao livre-comércio, aí não tem opção", disse.

Se Brasília ocupará boa parte da atenção da Unica - Gussi diz que deverá passar mais dias por semana na capital do que em São Paulo, onde está a sede da entidade -, debates com a indústria automobilística também deverão ser aprofundados. O caminho, indicou, será continuar defendendo a adoção no Brasil dos veículos híbridos flex e dos carros com célula de combustível alimentada a etanol. Embora algumas montadoras estejam lançando no país carros 100% elétricos, Gussi disse que a indústria automobilística "está convencida" de que esse é o caminho para eletrificação no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Biosev teve prejuízo trimestral de R\$ 230,6 milhões

A Biosev, empresa sucroalcooleira controlada pela francesa Louis Dreyfus Company, encerrou mais um trimestre com prejuízo, apesar dos esforços para reduzir custos. No 3º trimestre da safra 2018/19, o resultado negativo ficou em R\$ 230,6 milhões, 17,3% menor que o do que no mesmo período do ciclo passado. Desde o início da safra, a companhia acumula prejuízo de R\$ 892,6 milhões, alta de 8,4%.

Os resultados foram pressionados pelas despesas com atividades de exportação de commodities, realizadas para lastrear pagamentos de dívida em dólar e que, embora tenham garantido o aumento da receita, pesaram no custo geral.

Apenas a receita com exportação de commodities somou R\$ 343 milhões no trimestre, o que garantiu que a receita líquida (excluindo efeitos da contabilidade de hedge) alcançasse R\$ 1,6 bilhão, alta de 5,7%. Sem essa atividade, a receita teria caído, já que as vendas de açúcar renderam R\$ 401,4 milhões, com um recuo de 51,9%. As vendas de etanol subiram 26,4%, para R\$ 754,5 milhões, enquanto a receita com cogeração a partir do bagaço cresceu 23,5%, a R\$ 113,7 milhões.

Os negócios com commodities implicaram um custo adicional de R\$ 338,2 milhões no trimestre - linha inexistente no balanço do mesmo trimestre da safra passada. Considerando apenas as atividades sucroalcooleiras, porém, o custo caixa do trimestre ficou em R\$ 650,5 milhões, alta de 4,2%.

Sem contar a revenda e os efeitos de hedge, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da Biosev no terceiro trimestre recuou 19,8%, a R\$ 471,6 milhões. A margem Ebitda cedeu 5,8 pontos percentuais, a 38,47%.

Ainda assim, Juan José Blanchard, presidente da Biosev, disse ao **Valor** que a companhia está "no caminho certo em busca de maior eficiência operacional e geração de caixa, que é nosso maior foco", e realçou a queda do custo unitário no acumulado da safra - que cedeu 2,2%, a R\$ 595 mil por tonelada de sacarose - e a redução de despesas administrativas.

Para acelerar a execução do plano de eficiência operacional, a Biosev contratou um consórcio de consultorias formado por Datagro, Alvarez & Marçal e AMI Brasil para avançar na otimização das áreas agrícola, de gestão administrativa e de gestão de recursos humanos, respectivamente. Elas devem prestar consultoria até março de 2020. "A decisão foi para acelerar a captura de oportunidades para trazer os resultados no curto prazo", ressaltou Blanchard.

A Biosev ainda sentiu um relativo alívio em seu resultado trimestral com a redução das despesas financeiras com juros e do peso positivo da variação cambial.

No fim do trimestre, a companhia detinha em caixa R\$ 904 milhões (a maior parte em dólar), 5,1% acima do registrado no fim do trimestre anterior, por causa das vendas maiores com etanol e de antecipação de exportação. Com isso, a dívida líquida da Biosev variou pouco ao longo do trimestre, uma queda de 3,2%, conduzindo a alavancagem a 3 vezes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/02/2019

Seção: Finanças

Autor: Adriana Cotias | De São Paulo

Título: Captação de fundos dá mais combustível para bolsa, diz Citi

A sinalização do Comitê de Política Monetária (Copom) de que a Selic vai permanecer em 6,5% ao ano ao longo de 2019 vai ser um estímulo para a captação dos fundos de ações e a injeção de dinheiro novo deve servir de combustível para a bolsa seguir na sua sequência de valorizações, segundo Fabio Gheilerman, chefe de ações para América Latina do Citi, que fica baseado em Nova York.

"Tem a chance de a gente continuar vendo performance na bolsa sem o capital estrangeiro. Mas haveria um segundo rali com a entrada desse investidor", diz o

executivo, que lidera uma equipe de 15 analistas espalhados também por São Paulo, Rio, México e Santiago do Chile.

Em passagem recente pelo Brasil, Gheilerman, que tem a temperatura dos mais diferentes perfis de investidores, diz ver o capital externo ainda muito cético com a história de reformas no país, depois de ter se machucado com outras promessas. Só quando houver sinais de que a pauta da Previdência vai se materializar no Congresso é que ele vê esse fluxo voltando com mais força para o país.

"O estrangeiro comprou no passado ativos em cima de expectativas e o mercado não performou no nível desejado. Agora, ele parece estar disposto a pagar mais caro para vir com mais certeza sobre o cenário econômico."

No ano passado, o saldo do capital externo na B3 ficou negativo em R\$ 11,5 bilhões. Em 2019, até 8 de fevereiro, o fluxo segue no vermelho, com saídas de R\$ 698 milhões, segundo dados da bolsa. O Ibovespa acumula no ano valorização de 9,3%, mesmo com os tropeços das últimas semanas e da tragédia com o rompimento da barreira da Vale em Brumadinho (MG) em janeiro.

Gheilerman cita que são os fundos locais, que captaram grandes somas de recursos, que têm alimentado a temporada de alta das ações brasileiras. Muitos investidores vêm migrando da renda fixa para alternativas de maior risco ao ver um retorno mais magro nas estratégias ligadas a juros. "Com a Selic a 6,5%, menos a inflação, a renda fixa passa a não ser um investimento tão desejado", diz. "Houve um aporte grande em fundos de ações e o mandato para o dinheiro novo é investir."

Segundo os últimos dados da Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos, os fundos de ações captaram no ano, até 7 de fevereiro, R\$ 4,0 bilhões, uma clara aceleração, já que no fechamento de janeiro essas carteiras tinham recebido R\$ 2,4 bilhões. Os multimercados, por sua vez, atraíram R\$ 9,5 bilhões, e na conta do mês passado o fluxo tinha sido de R\$ 4,8 bilhões.

Segundo relatos no mercado, também há uma movimentação dos fundos de pensão para selecionar gestores de renda variável e elevar a parcela do patrimônio dedicada à renda variável.

A área de pesquisa do Citi tem indicação "overweight" (acima da média) para a bolsa brasileira e sua última projeção aponta o Ibovespa em 104 mil pontos, um potencial de valorização de mais de 8%, em relação ao nível atual, na casa dos 96 mil pontos. Nas preferências da casa estão empresas que possam se

beneficiar do programa de privatizações e aquelas ligadas ao consumo doméstico, cita Gheilerman.

Mas mais do que investimentos em carteira, bolsa ou em títulos públicos, a pauta da Previdência, se bem sucedida, ampara investimentos estrangeiros diretos, estimulando a economia real e também as atividade de mercado de capitais, diz o executivo do Citi.

"O objetivo maior do país é o investimento de longo prazo. A retórica de reformas, gostaria de crer que será mais do que retórica, e a pauta de privatizações são os grandes sinais para confirmar o otimismo com a economia brasileira e com o governo Bolsonaro", afirma.

A sua primeira leitura sobre as lideranças no Congresso, com Rodrigo Maia, na Câmara, e Davi Alcolumbre, no Senado, é que foi uma vitória do governo. "Aparentemente não vai haver dificuldade para passar [as reformas] nas duas casas", diz. "É uma indicação boa, mas tem que aguardar um pouco."

O cenário internacional também tem influenciado as grandes decisões de investimentos, principalmente em renda variável, acrescenta Gheilerman. As preocupações com altas de juros nos Estados Unidos, têm sempre o potencial de mexer com as principais moedas negociadas contra o dólar e apontar para uma economia internacional mais fraca, cita. No entanto, a posição mais recente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), sinalizando uma pausa no processo de aperto monetário, fortalece as divisas de países emergentes.

O executivo do Citi afirma que o Fed mostra preocupação grande com indicadores econômicos, e com a inflação em particular, mas os integrantes do comitê de política monetária (Fomc, na sigla em inglês) não veem os índices de custo de vida em níveis alarmantes. "Os membros estão levando em consideração o Brexit [a saída do Reino Unido da União Europeia] e o seu efeito na economia mundial. O BCE [Banco Central Europeu] não subiu os juros e o Fed está seguindo essa indicação, talvez preocupado com choques externos."

Para bolsas de todo mundo, a parada estratégica do Fed tende a ser positiva, pelo menos no curto prazo, espera Gheilerman.

A guerra comercial entre China e EUA é outro ponto de atenção, pois qualquer decisão mais radical nas políticas tarifárias ou uma mudança de rumo da economia asiática podem afetar o volume de recursos para o Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/02/2019****Seção: Legislação e Tributos****Autor: Beatriz Olivon | De Brasília****Título: Tribunal autoriza Equatorial Energia a demitir funcionários**

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu liminar que impedia a Equatorial Energia de demitir funcionários da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), adquirida em outubro de 2018 por meio de processo de privatização. A decisão é do presidente da Corte, ministro João Batista Brito Pereira.

O caso chegou ao TST por meio de recurso apresentado pelas empresas contra decisão da presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Piauí, desembargadora Liana Chaib. Ela havia mantido tutela antecipada (espécie de liminar) concedida ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí (Sintepi).

A tutela antecipada, dada pela 1ª Vara do Trabalho de Teresina, impedia demissão em massa enquanto vigorasse acordo coletivo da categoria. O que, segundo o recurso apresentado pelas empresas no TST (nº 1000050-23.2019.5.00.0000), impediria a tomada de medidas necessárias para o bom funcionamento dos negócios, configurando-se em "série ameaça às ordens pública e econômica". A vigência do acordo termina em 30 de abril.

Na decisão, o ministro João Batista Brito Pereira acatou a argumentação das empresas. De acordo com ele, a segunda cláusula do contrato de desestatização assegura à distribuidora "ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições deste contrato e das normas legais e regulamentares, assim como as instruções e determinações do poder concedente e da Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica]".

Para Brito Pereira, qualquer ingerência externa prejudicaria o alcance do objetivo almejado com a concessão, que é a prestação de serviço público de qualidade. A interferência, acrescenta o ministro, pode resultar em grave lesão à ordem pública. A decisão vale até o trânsito em julgado do processo, que ainda tramita na primeira instância.

"É um precedente perigoso", afirma o advogado Marcelo Gômara, sócio do TozziniFreire Advogados. A decisão, segundo ele, coloca em risco as negociações

coletivas de contratos de trabalho. "Por um lado, afasta a intervenção do Estado na atividade empresarial, o que já aconteceu em processo envolvendo o contrato entre a Boeing e a Embraer. Mas ignora uma convenção coletiva, que hoje vale mais que lei."

Para o advogado Leandro Marcantonio, sócio do escritório Donaire e Marcantonio Advogados, a decisão é importante para outras empresas que podem passar por privatizações. De acordo com ele, há poucos julgados sobre o assunto no TST.

Ele destaca, porém, que o caso tem particularidades, como a previsão em acordo coletivo e o estabelecimento de plano de demissão voluntária antes dos desligamentos. O advogado lembra que, após a reforma trabalhista, existe a previsão de que diversos direitos são passíveis de negociação.

A decisão, segundo o advogado Fernando Hugo Miranda, sócio do escritório Paixão Côrtes Advogados, demonstra que não há definição clara do que seria "demissão coletiva", já que primeira e segunda instâncias não permitiram nenhum desligamento com base no acordo firmado com o sindicato.

Em nota, a Equatorial Energia afirma que a decisão do TST é importante para garantir a recuperação financeira e de gestão da companhia. "Tal decisão, ainda, garante a efetividade do plano de demissão voluntária implementado", diz. O escritório Mattos Filho, que representou as companhias, não quis comentar.

Procurado pelo **Valor**, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí não deu retorno até o fechamento da edição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Vera Magalhães

Título: Brumadinho não mudou dogmas para política ambiental

MEIO AMBIENTE

Mais do que a falsa polêmica sobre o que Ricardo Salles acha ou deixa de achar de Chico Mendes, a entrevista do ministro do Meio Ambiente ao Roda Viva foi ilustrativa de que a tragédia de Brumadinho, que resultou na morte de mais de 300 pessoas, não alterou a forma como ele e o governo Jair Bolsonaro enxergam a questão ambiental. Nas palavras de Salles, fiscalização, regulamentação, licenciamento, preservação e metas são sempre sinônimos de

estorvo ao desenvolvimento econômico, e não preocupação real que tem impacto na vida das pessoas e no futuro do País. O ministro despreza estatísticas em nome de "causos" exóticos evocados para demonstrar a ineficiência da fiscalização e das normas. O que colocará no lugar não fica claro. Mesmo depois de Brumadinho, segue falando em termos como autolicensing. Entope de ideologia o debate que pretensamente quer desideologizar. Nesse contexto, o que Salles acha de Chico Mendes é o menor dos problemas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Eduardo Rodrigues/BRASÍLIA

Título: Agronegócio tenta manter subsídio em conta de luz

Setor busca reverter um dos últimos atos do governo passado, que vai acabar com descontos de R\$ 3,4 bi nas contas do segmento

O agronegócio também se movimenta para reverter o fim do subsídio de R\$ 3,4 bilhões por ano dado ao setor em descontos nas contas de luz. O fim do benefício, cujo impacto é rateado nas contas de eletricidade de todos os consumidores do País, foi um dos últimos atos do governo passado. Mas o setor tem atuado no Executivo e no Congresso para retomar o subsídio, que garante um desconto nas tarifas que varia de 10% a 30%.

Um decreto presidencial publicado no dia 28 de dezembro pelo ex-presidente Michel Temer determinou a redução dos descontos para a produtores rurais em 20% ao ano, até chegar a zero daqui a cinco anos. Além disso, a medida impediu que agricultores que usam serviços de irrigação, que têm descontos assegurados por lei, continuassem acumulando os dois benefícios durante essa transição. Apenas o benefício aos agricultores foi retirado, pois havia sido concedido via decreto.

O desconto aos irrigantes, dado por lei, foi mantido – ele varia de 60% a 90%, dependendo da classe e do horário do consumo. Os descontos para agricultores representam quase 17% do total de subsídios embutidos nas tarifas de energia, que totalizam R\$ 20,2 bilhões. Neste ano, começariam a ser reduzidos em R\$ 684,9 milhões. Cada consumidor rural paga, em média, R\$ 47,88 a menos do que deveria, e esse valor é repassado na conta de luz dos demais consumidores, que têm que pagar a mais para compensar esse benefício.

Mal havia assumido a Presidência, o presidente Jair Bolsonaro foi procurado por representantes do setor agrícola que pediram a revisão do decreto. O vice-

presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e deputado estadual eleito pelo PSL paulista, Frederico D'Ávila, disse ter conversado pessoalmente com o presidente, que teria garantido que iria analisar o pedido dos produtores.

"Revogação". A expectativa do setor era de que a medida entrasse no "revogação" prometido pelo Planalto de medidas tomadas nas últimas semanas do governo anterior. "Se esse valor não for bancado pelas contas de luz, o repasse vai acabar chegando na cesta básica. Isso é pior, porque os brasileiros mais pobres é que serão penalizados", argumenta D'Ávila.

O agronegócio também procurou os ministérios na tentativa de reaver os subsídios. Na segunda-feira, o decreto foi tema de reunião no Palácio do Planalto. Técnicos dos **Ministérios da Economia e de Minas e Energia** defenderam o decreto. Eles alegaram que a revisão do orçamento dos subsídios foi determinada por lei, depois que o Tesouro Nacional deixou de bancar os benefícios. Além disso, lembraram que o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrou ações efetivas do governo nesse sentido. O pedido do setor para retomar os descontos, porém, conta com o apoio dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Regional.

Com poucas esperanças de reverter o decreto no Executivo, o setor também se movimentou no Legislativo. O deputado Heitor Schuch (PSB-RS) apresentou projeto de decreto legislativo para suspender os efeitos do decreto de Temer. A Câmara pode votar o pedido de urgência para apreciar a proposição do deputado. "A agricultura familiar precisa ser incentivada sob pena de desaparecer, comprometendo a segurança alimentar no País", justifica o deputado. O assessor técnico da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Gustavo Goretti reconhece que os subsídios no setor elétrico atingiram patamares muito elevados e geraram preocupações no governo.

Na avaliação de Goretti, porém, a energia fornecida aos agricultores tem qualidade inferior e exige investimentos dos próprios produtores para que seja entregue.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: TST considera abusiva greve contra privatização

Decisão sobre paralisação dos funcionários da Eletrobrás, em junho do ano passado, abre jurisprudência e autoriza desconto pelos dias parados

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou pela primeira vez como abusiva uma greve de trabalhadores contra a privatização de uma estatal. A maioria dos ministros decidiu que o movimento de empregados da Eletrobrás contra a privatização em junho de 2018 "teve caráter político, e não trabalhista", "por não se dirigir diretamente ao empregador, mas a uma medida governamental".

A decisão abre jurisprudência para julgamentos semelhantes e autoriza que os dias parados sejam descontados dos salários dos trabalhadores. A paralisação dos empregados da companhia de energia durou 72 horas e foi anunciada em 11 de junho do ano passado, mas o caso foi julgado apenas na última segunda-feira (11) pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do órgão.

Logo após o anúncio da greve, a Eletrobrás ajuizou dissídio coletivo e pediu ao TST que se pronunciasse sobre a paralisação. O relator do processo, ministro Mauricio Godinho Delgado, reiterou seu entendimento de que a motivação dos empregados para a paralisação teve relação direta e fundamental com a manutenção de seus empregos.

"Obviamente, é um direito constitucional legítimo dos trabalhadores se posicionarem contra ou a favor desse risco", disse ele. Seu voto foi seguido pela ministra Kátia Magalhães Arruda. Divergência. A maioria dos ministros, porém, acompanhou o voto divergente do ministro Ives Gandra Martins Filho.

Para ele, greve legítima é a que trata de direitos que se pretendem ver respeitados ou criados, como reajuste salarial ou vantagens diversas, e que impõe ônus ao empregados. Já a decisão sobre a privatização era dos Poderes Executivo e Legislativo, avaliou o ministro, e não da Eletrobrás. "A greve política é dirigida ao Estado", disse Ives Gandra Martins Filho.

"Não cabe discutirmos greve quando não está em jogo um conflito entre empresa e trabalhadores, mas entre trabalhadores e governo." O posicionamento de Ives Gandra Martins Filho foi seguido pelo vice-presidente do TST, ministro Renato de Lacerda Paiva, pelo ministro Aloysio Corrêa da Veiga e pela ministra Dora Maria da Costa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: Júlia Marques Renata Batista / RIO****Título: Vale sabia de riscos em Brumadinho e mais nove barragens desde outubro**

Tragédia em Minas. Documento da mineradora repassado ao MP mostra dez estruturas em estado de atenção por problemas estruturais; no reservatório que rompeu, havia ameaça de erosão e liquefação. Empresa diz que dados não indicavam risco iminente

A Vale já sabia, desde outubro, que a barragem que rompeu em Brumadinho e outras nove estruturas em Minas Gerais estavam enquadradas em uma categoria de alerta. Essa informação consta de um documento da própria empresa sobre a situação dos reservatórios que a Justiça tornou público ontem. Os dados foram obtidos pelo Ministério Público (MP) de Minas, que moveu ação contra a mineradora. A empresa diz que as informações são "probabilidades" e não houve nenhuma detecção prévia de falha nos monitoramentos. O MP-MG solicitou à Vale, no dia 31 de janeiro, seis dias após o rompimento da barragem, informações do setor de gestão de risco geotécnico da empresa. De 57 barragens avaliadas, 10 estavam enquadradas na chamada Zona de Atenção (Alarp Zone). O MP diz que havia "severo risco de rompimento" .

A metodologia é usada internacionalmente para medir o quão aceitáveis são os riscos de uma barragem. Estruturas enquadradas na Alarp Zone são aquelas em que o risco é tolerável apenas se a redução for impraticável ou o custo for desproporcional à melhoria obtida. A barragem de Brumadinho, cujo colapso deixou até ontem 165 mortos e 155 desaparecidos, estava nessa categoria.

A Vale informou que laudos de estabilidade não indicavam risco iminente em Brumadinho nem elevação do nível de água. Disse ainda que a metodologia usa padrão mais rígido que as leis nacional e internacional (mais informações nesta página).

Segundo os documentos apresentados pela Vale ao órgão, além dessa, as barragens de Laranjeiras, em Barão de Cocais, Menezes II e IV, também em Brumadinho, a Capitão do Mato, Dique B e Taquaras, em Nova Lima, e Forquilha I, II e III, em Ouro Preto, estavam na mesma categoria de atenção.

"Todas elas são próximas a núcleos urbanos, havendo residentes/ transitando na zona de autossalvamento", indica o documento do MP. No caso de Brumadinho, dados da Vale atestam a possibilidade de erosão interna e

liquefação, causa apontada pela investigação da Polícia Federal como a principal hipótese para o desastre.

A liquefação ocorre quando o volume – ou a pressão da água na barragem – aumenta por algum motivo. O fenômeno foi responsável, por exemplo, pela tragédia em Mariana, em 2015. A possibilidade de problemas na barragem de Brumadinho, segundo a própria Vale, era de 0,02%. Em comparação com as demais na Alarp Zone, essa estrutura estava entre as três com menor risco da lista. Nas três barragens de Nova Lima, na Grande Belo Horizonte, o risco é de 0,1%, cinco vezes maior.

Alerta. O material da Vale traz ainda gráficos que mostram o "potencial de perda de vida" dessas barragens. Em cenário sem alerta à população, o número de atingidos pode chegar a mil. Já em cenário com alerta, nas mesmas estruturas, esse número seria de, no máximo, dez. Em Brumadinho, não houve acionamento das sirenes – segundo a Vale, elas foram engolidas pela lama. "Isso demonstra a absoluta necessidade da adoção de medidas imediatas (...) sob pena de eventos similares", indica a Promotoria.

O documento embasou decisão judicial no início do mês, que determinou que não haja atividades que possam aumentar o risco nas outras nove barragens. A Justiça determinou que a Vale apresente relatório por auditoria independente sobre a estabilidade das estruturas e informe eventual elevação de riscos de colapso. Também impôs multa diária de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento.

A decisão levou a Vale a suspender a produção da mina de ferro de Brucutu, a maior do tipo no Estado, em Barão de Cocais, na região central mineira. A Vale diz entender que não há risco na estrutura e manterá o esforço para liberar a barragem na Justiça. A empresa ainda afirma que as barragens de Ouro Preto já não estavam operando e as demais tinham propósito exclusivo de contenção de sedimentos e não de dispor rejeitos. Segundo Luciano Siani, diretor de Finanças e Relações com Investidores, da Vale, o foco tem sido garantir a segurança "no entorno das barragens".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Júlia Marques Renata Batista / RIO

Título: Estruturas mais altas elevam perigo, diz estudo do MP

Por causa do aumento da capacidade e da altura das barragens de rejeitos, o risco de falha nessas estruturas tem aumentado vinte vezes a cada 30 anos. Esse

é um dos dados anexados a um relatório apresentado à Justiça pelo Ministério Público mineiro. O estudo indica que, ao longo do século 20, esses tipos de reservatórios, em todo o mundo, se tornaram mais altos – o que eleva a possibilidade de acidentes.

"Quanto mais alta a barragem, maior a probabilidade de falha e quanto maior o volume de rejeito armazenado, maior potencial de dano", indica o documento, que cita estudo canadense sobre o assunto. Se, na década de 1900, as barragens de rejeitos chegavam à altura máxima de 30 metros, atualmente há estruturas com 240 metros de altura.

Isso ocorre, segundo o relatório, porque a metodologia de construção permite alteamentos sucessivos nas barragens, um modelo atraente para as empresas. Além de diluir custos, dá mais flexibilidade de operação, uma vez que permite adaptar a barragem à necessidade de aumentar a produção.

A barragem de Brumadinho tinha 87 metros de altura e havia passado por dez alteamentos de 1982 a 2013. A estrutura foi construída pela técnica de alteamento à montante, tipo de construção inseguro e mais suscetível à liquefação. /J.M.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Renata Batista / RIO

Título: Empresa diz ter política correta de controle

A Vale defendeu ontem sua política de alertas para barragens. Segundo o gerente executivo de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão da empresa, Lúcio Cavalli, os fatores descritos no documento que se tornou público por causa da investigação sobre o desastre de Brumadinho são "probabilísticos" e não "determinantes", como as análises da consultoria independente Tüv Süd, que havia atestado a segurança da estrutura em setembro.

Já o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, afirmou que apenas ontem soube de workshop técnico feito na companhia em outubro para discutir a situação das barragens em Minas. O documento anexado ao processo é a apresentação feita por causa desse evento. Segundo ele, há controvérsia sobre a conveniência de passar a escalões superiores (e mesmo a alguns níveis técnicos) informações sobre esses riscos. A ideia é que níveis hierárquicos inferiores tenham liberdade para medidas emergenciais necessárias.

Siani informou que a Vale continua colaborando com as investigações e contratou outro painel de especialistas internacionais para apurar as causas da tragédia. Para ele, a narrativa de que os níveis de água aumentaram e deveriam ter disparado o alerta não é sustentável.

A Vale ainda divulgou ontem laudo sobre o funcionamento dos piezômetros (aparelhos que medem o nível de água) da barragem. Conforme o documento, a estrutura estava sem leitura desses equipamentos em janeiro. / R.B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: CPI no Senado vai apurar rompimento

O Senado criou ontem uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar a causa do desastre. Na Câmara, 194 deputados também assinaram pedido para instalar uma comissão – mais do que os 171 necessários para isso. A CPI tem o mesmo poder de investigação de autoridades judiciais e pode tomar depoimentos, inquirir testemunhas e pedir informações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: Mami Mizutori

Título: É hora de a mineração ter política de acidente zero

Reação da Vale até o momento não é suficiente

Representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres e formada em Direito pela Universidade Hitotsubashi, em Tóquio

A decisão da Vale, maior produtora mundial de minério de ferro, de desativar dez barragens de resíduos no Brasil é bem-vinda, mas parecerá muito pouco e muito tarde para aqueles que perderam seus entes queridos e veem o meio ambiente destruído.

Nos últimos cinco anos, o rompimento de barragens de resíduos foi manchete no Canadá, México, Brasil, China, Estados Unidos e Israel.

Nem todos provocaram perdas de vida, mas o dano ao meio ambiente tem sido expressivo e levanta consideráveis questões e preocupações de segurança sobre as condições em que se encontram 30 mil minas industriais em todo o mundo.

Em 2001, a Comissão Internacional para Grandes Barragens emitiu o relatório “Barragens de Resíduos: Risco de Perigosas Ocorrências”, que examinou 221 rompimentos. Todos poderiam ter sido evitados.

Resta aguardar se a investigação da Vale e das autoridades brasileiras descobrirá outros fatores no rompimento crítico de infraestrutura na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), que ceifou vidas.

Desde o marco do relatório de 2001, outro fator de risco fundamental para o setor é a mudança climática. O aumento da variabilidade nos sistemas meteorológicos globais, incluindo no padrão de chuvas, enchentes e tempestades, deve ser levado em conta no gerenciamento do risco de desastres em qualquer local de mineração.

Outra preocupação indispensável é garantir que a governança do risco de desastres esteja à frente das prioridades da indústria de mineração. A segurança e o bem-estar dos funcionários e das pessoas vivendo nas comunidades no entorno devem ser primordiais. Não deve ser lucro acima de tudo — ou eventualmente a qualquer custo.

O desastre de Brumadinho se segue ao desastre de Mariana, numa instalação onde a Vale é coproprietária e que é classificado como o pior desastre ambiental do Brasil. Dezenove pessoas morreram na onda massiva de milhões de metros cúbicos de rejeitos de lama que se seguiram, destruindo o vilarejo de Bento Rodrigues, viajando 620 quilômetros até o oceano Atlântico e levando resíduos para uma população inteira de peixes, para 1.400 hectares de floresta e para 663 quilômetros de percursos hídricos.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, tem dito que a empresa criou um grupo de trabalho para aumentar o padrão de segurança das barragens da empresa.

Isso não satisfará a opinião pública. A governança inadequada de risco é um fator decisivo e impulsionador de desastres e, enquanto não houver um olhar regulatório adequado sobre essas instalações, a confiança do público não será restabelecida.

É hora de implementar as recomendações feitas em 2001. Outras recomendações feitas pela ONU Meio Ambiente também devem ser levadas em consideração, incluindo uma estratégia de segurança em primeiro lugar, não importa o custo.

O plano global para diminuição de perdas em desastres, o Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030, busca estabelecer meios concretos por meio dos quais infraestruturas podem ser à prova de riscos e também exerce influência nos setores privado e governamental para banir a complacência em torno de ameaças tecnológicas e ambientais que essas instalações representam.

Eu apelo para que as milhares de comunidades que vivem sob essa potencial ameaça garantam que suas vozes sejam ouvidas e suas preocupações sejam levadas em conta nas estratégias locais e nacional para redução de risco de desastres.

Uma maneira pela qual a indústria de minério poderia facilitar isso seria ajudando a estabelecer uma base de dados aberta de minas e instalações de armazenamento de resíduos.

Esse seria um modo adequado e duradouro para que todos os envolvidos lembrem daqueles que morreram em tais desastres e para demonstrar que a indústria de mineração não está apenas dando declarações de intenções para políticas de acidente zero.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: MAPA LATERAL

O MPT (Ministério Público do Trabalho) já mapeou cerca de 90 empresas e estabelecimentos comerciais que foram alcançados pela lama do acidente de Brumadinho (MG) e estão com as atividades comprometidas. Os procuradores defendem que a Vale indenize também os trabalhadores desses locais.

Muito mais

“Calculamos que o número de empresas é muito maior”, diz a procuradora Luciana Coutinho. São lugares como pousadas, hotéis, bares e restaurantes. Depois do levantamento, serão feitas audiências e convocações. Se não houver composição com a Vale, o MPT pode mover nova ação contra a **mineradora**.

Data certa

E a Vale e o MPT vão se encontrar na sexta (15) na Justiça, em Betim, para uma audiência que tratará, entre outras coisas, das indenizações a serem pagas às famílias das vítimas do acidente. A empresa oferece R\$ 300 mil a filhos e

cônjuges e R\$ 150 mil aos pais. Os procuradores defendem que o valor seja de “no mínimo” R\$ 2 milhões.

Data certa 2

Diretores da Vale também vão a Brasília sexta (15), para uma audiência com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Em pauta, uma multa de R\$ 250 milhões aplicada contra a empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Danielle Brant e Nicola Pamplona

Título: Efeito Vale põe em risco 14% da produção de ferro do país

Analistas alertam para restrições ao setor após tragédia de Brumadinho

TRAGÉDIA EM BRUMADINHO

NOVA YORK E RIO DE JANEIRO - Especialistas preveem que produtores globais de minério de ferro terão dificuldades para suprir os cortes de produção no Brasil após o desastre em Brumadinho (MG), o que deve manter apressão sobre os preços no mercado mundial.

Para a Vale, os cortes podem representar redução de até US\$ 1,2 bilhão (cerca de R\$ 4,4 bilhões) em sua geração de caixa, segundo estimativa do banco BTG.

Até agora, a mineradora suspendeu operações que produziam 51 milhões de toneladas por ano, o equivalente a cerca de 10% da produção brasileira.

Analistas consideram a possibilidade de novos cortes a partir de medidas restritivas do governo sobre minas com a mesma tecnologia da de Brumadinho —cujo rompimento deixou, até o momento, 165 mortos e 160 desaparecidos.

Cícero Machado, analista principal para minério de ferro e aço da consultoria Wood Mackenzie, diz que o corte pode chegar a 70 milhões de toneladas, ou 14% da produção brasileira, considerando a suspensão das atividades em barragens da Vale que usam a técnica de alçamento a montante, a mesma adotada em Mariana e Brumadinho.

Ele vê ainda a possibilidade de a ANM (Agência Nacional de Mineração) banir as operações em empreendimentos do tipo —o maior corte de produção hoje é da mina de Brucutu, principal operação da Vale em Minas Gerais, que foi determinada pela Justiça.

"São 50 milhões de toneladas por ano de todo o portfólio da Vale que saem do mercado transoceânico", diz Machado.

Se a ANM decidir banir barragens do tipo, outros produtores no país poderiam ser parcialmente afetados como CSN, Gerdau e Usiminas, estima o analista.

"Isso dá força para que os preços, atualmente na faixa de US\$ 90 [R\$ 334] por tonelada, subam para a faixa de US\$ 100 [R\$ 370] a US\$ 105 [R\$ 390] por tonelada", avalia.

Na semana passada, os preços internacionais chegaram atestar a faixa dos US\$ 100 pela primeira vez desde 2014.

De acordo com Machado, as principais rivais da mineradora brasileira, a anglo-australiana BHP Billiton e as australianas FMG e Rio Tinto, não têm capacidade para suprir a lacuna deixada pela mineradora brasileira ou de fornecer o minério com o mesmo teor de ferro da brasileira, com índice entre 65% e 70% e que tem alta demanda de siderúrgicas chinesas.

"Quanto mais perda de produção a Vale experimentar neste ano, mais difícil será para outros produtores conseguirem compensar a falta. E mais alto os preços do minério vão", concorda Hui Shan, estrategista sênior de commodities do Goldman Sachs.

Shan estima que a Vale perderá 30 milhões de toneladas neste ano, e que o preço do minério terá uma média de US\$ 73 (R\$ 271) por tonelada.

A empresa já informou que compensará parte das perdas com aumento da produção em outras minas, mas declarou força maior em contratos da mina de Brucutu, em um sinal de que vê dificuldades para substituir todo o volume.

"O impacto de mais longo prazo, em contratos de fornecimento e disponibilidade, ainda precisa ser visto, e os mercados estão tentando entender as mudanças esperadas em embarques e preços", afirma Hector Foster, analista de metais e materiais brutos da S&P Global Platts.

Machado avalia que a Vale poderia ampliar em até 15 milhões de toneladas por ano a produção na mina S11D, o mais novo projeto da companhia, no Pará. E que outros 5 milhões de toneladas poderiam vir do Sistema Sul Sudeste, que compreende as operações de Minas Gerais.

Mas a qualidade do minério que pode ser colocado no mercado é outra incógnita.

"A China tem buscado minério de ferro de mais alto teor, para aumentar a produtividade dentro do seu sistema. As australianas não têm o produto com qualidade superior como a Vale tem", diz o analista da Wood Mackenzie.

Em entrevista nesta terça-feira (12), o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, evitou comentários sobre o corte na produção, alegando que a prioridade é a reparação dos danos e o conforto a famílias.

"Nós tomamos a decisão de paralisar as operações próximas a barragens com alteamento a montante", disse ele.

A companhia questiona a decisão judicial de paralisar a barragem de Jangada, que levou à suspensão das operações de Brucutu, alegando que se trata de estrutura com método convencional.

Ainda de acordo com o BTG, caso os cortes de produção durem apenas três meses, a cifra cai para US\$ 300 milhões (R\$ 1,1 bilhão). A conta considera o minério de ferro a US\$ 70 (R\$ 260) por tonelada.

Mesmo que consiga ampliar a produção, a Vale o fará com minério menos competitivo e enfrentará aumento de custos, dizem analistas do UBS. Eles estimam alta entre US\$ 2 (R\$ 7,5) e US\$3 (R\$11,3) por tonelada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Arthur Cagliari

Título: Greve contra privatização é abusiva, diz TST

Pela primeira vez, tribunal vê movimento contra venda de estatal à iniciativa privada como ato político, e não econômico

São Paulo O TST (Tribunal Superior do Trabalho) definiu pela primeira vez como abusiva uma greve de trabalhadores contra a venda de uma companhia estatal à iniciativa privada. A decisão cria jurisprudência.

A Seção de Dissídios Coletivos da corte julgou, na segunda-feira (11), a paralisação dos trabalhadores da Eletrobras em junho de 2018 como um movimento político, e não econômico ou profissional.

Com a decisão, o movimento deixa de se configurar como greve, e a empresa pode descontar os dias parados do salário do trabalhador.

Para o ministro Ives Gandra Martins Filho, há um abuso quando a paralisação tem caráter político, desvirtuando o direito de greve.

"O Estado é que vai decidir se vai privatizar ou não, o Congresso Nacional. São os representantes do povo. Então a greve se transforma em manifestação política, como grupo de pressão ou lobby sobre o Legislativo."

Durante a sessão da segunda, o ministro Renato Lacerda, vice-presidente do TST, afirmou que o pagamento relativo aos dias em abono ao movimento não deve ocorrer porque a paralisação não cumpre os requisitos estabelecidos em lei.

"Se trata de um movimento legítimo, de protesto, mas que não se enquadra na figura típica prevista em lei que autorizaria o afastamento da abusividade", disse.

O ministro-relator, Maurício Godinho, porém, afirmou que quase toda paralisação tem uma dimensão política e, no caso específico de privatização, o trabalhador quer se manifestar.

"Todos sabem, e há vários estudos nessa linha, que a privatização provoca o ceifamento de quase 50% dos empregos nas empresas. Então obviamente que é um direito constitucional legítimo dos trabalhadores."

Por quatro votos a seis, venceu oposição de Gandra, que disse não enxergar causa trabalhista na parada dos servidores da estatal.

A decisão do tribunal deverá impactar possíveis movimentos de servidores contra privatizações prometidas pelo governo Jair Bolsonaro. Em novembro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a venda de todas as estatais renderia R\$ 802 bilhões em receitas.

Na sexta (8), em evento no BNDES, Guedes disse que todas as estatais deveriam ser vendidas à iniciativa privada.

"Eu falava que tinha de vender todas, mas naturalmente o nosso presidente, os nossos militares olham para algumas delas com carinho, como filhos."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Mundo

Autor: Ricardo Della Coletta

Título: Brasil utiliza banco russo para pagar Venezuela por energia

O governo brasileiro utilizou um banco russo para pagar o regime do ditador Nicolás Maduro pela energia utilizada em Roraima, estado dependente da eletricidade do país vizinho desde 2001.

Trata-se de uma triangulação financeira adotada pela Eletronorte para retomar os pagamentos à estatal venezuelana Corpoelec e garantir que não seja interrompido o abastecimento elétrico de Roraima, único estado não conectado ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

Os pagamentos estavam bloqueados em razão de sanções aplicadas pelos EUA, que dificultam operações bancárias com a Venezuela.

A dívida acumulada pela Eletronorte pelo fornecimento de eletricidade a Roraima chegou a US\$ 40 milhões.

Um documento que circula na equipe econômica, obtido pela Folha, revela que o Brasil lançou mão da rota financeira alternativa, fazendo as remessas passarem por uma instituição financeira russa. A Rússia é uma das potências que mantém apoio a Maduro.

A triangulação da operação foi confirmada ainda por duas pessoas do governo que acompanham o tema.

Esses interlocutores afirmam que um primeiro depósito foi realizado em dezembro, mas não detalharam quanto foi transferido. Tampouco informaram se houve novos depósitos nos meses subsequentes, quando o presidente Jair Bolsonaro (PSL) já havia assumido o mandato.

Uma das pessoas ouvidas disse que, com a retomada do fluxo de pagamentos, a dívida do Brasil com a Venezuela foi reduzida, com perspectivas reais de quitá-la.

Houve ainda uma outra mudança para facilitar o envio do dinheiro à Venezuela. O contrato inicial previa pagamento em dólar, mas a nova rota financeira prevê a conversão da dívida para euros.

Desde que chegou ao poder, Bolsonaro rompeu o diálogo com o regime chavista. Além de afirmar que Maduro é um mandatário ilegítimo, o brasileiro reconheceu o líder opositor Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela.

Apesar do discurso, pessoas que acompanham o assunto afirmam que a questão precisa ser analisada fora do conflito político, uma vez que está em jogo a segurança energética de um estado.

A Folha perguntou à Eletronorte e ao Itamaraty qual banco russo está intermediando os pagamentos e quanto já foi efetivamente transferido, mas nenhum dos dois respondeu.

“A Eletronorte e a Corpoelec continuam adotando as tratativas para viabilizar os pagamentos das faturas da energia elétrica suprida, conforme estabelecido no contrato”, disse a estatal, em nota.

“Trata-se de operação comercial entre duas empresas. A vendedora [Venezuela] indicou conta para pagamento da energia consumida. Não há envolvimento da Embaixada do Brasil em Moscou”, afirmou o Itamaraty.

Caracas adotou uma estratégia semelhante para receber recursos provenientes de exportação de petróleo, segundo a agência Reuters: a petroleira estatal PDVSA pediu aos clientes que paguem seus compromissos numa conta no banco russo Gazprombank.

Com isso, a Venezuela tentam fugir do cerco financeiro estabelecido pelos EUA, permitindo a entrada no país de moedas fortes (dólar e euro).

Brasília chegou a discutir solucionar o débito com a Venezuela a partir de um encontro de contas com a dívida de US\$ 795 milhões que Caracas contraiu com o Brasil para financiar linhas de exportação.

Mas a área técnica do governo avaliou que, com a triangulação financeira, o melhor seria prosseguir com os pagamentos à Corpoelec.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Lucas Vettorazo, Nicola Pamplona e Thiago Amâncio

Título: Em documento, Vale projetou mortes, custos e até causas possíveis de colapso

Empresa afirma que fazia manutenção de barragem e defende que estrutura não estava em risco

Um documento interno da Vale estimou em outubro de 2018 quanto custaria, quantas pessoas morreriam e quais as possíveis causas de um eventual colapso da barragem de Brumadinho (MG), que acabou se rompendo no dia 25 de janeiro, deixando ao menos 165 mortos.

O relatório é usado pelo Ministério Público de Minas Gerais em ação civil pública em que pede a adoção de medidas imediatas para evitar novos

desastres, já que dez barragens, incluindo a de Brumadinho, estariam em situação de risco, segundo o documento da própria mineradora.

A Vale questiona a Promotoria e diz que o estudo indica estruturas que receberam recomendações de manutenção, as quais já estariam em curso. A empresa defende ainda que a barragem de Brumadinho não corria risco iminente.

O estudo projeta que um eventual colapso provocaria mais de cem mortes — até o momento, as autoridades contabilizam 165 mortos e 155 desaparecidos. O número considera um cenário de rompimento durante o dia e com funcionamento dos alertas sonoros instalados para evitar emergências.

A maior parte das vítimas estava no refeitório e na sede administrativa da mina do Córrego do Feijão, onde está a barragem que se rompeu. No começo do mês, a Folha mostrou que o plano de emergência da barragem previa a inundação dessas estruturas.

De acordo com o estudo da Vale, chamado Resultados do Gerenciamento de Riscos Geotécnicos, os custos de um eventual rompimento na barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão poderiam chegar a US\$ 1,5 bilhão (cerca de R\$ 5,6 bilhões, ao câmbio atual).

A empresa também projetava como causas prováveis de rompimento erosão interna ou liquefação. Inspeções já tinham encontrado indícios de erosão na ombreira (lateral da barragem) e indícios de alagamento.

O documento inclui a estrutura que se rompeu entre dez barragens em uma zona de atenção. As outras são: Laranjeiras (em Barão de Cocais), Menezes 2 e 4-A (em Brumadinho), Capitão do Mato, Dique B e Taquaras (Nova Lima) e Forquilha 1, Forquilha 2, Forquilha 3 (Ouro Preto).

A análise de estabilidade exigida pela legislação atestou as condições de segurança da barragem que se rompeu, mas indicou uma série de problemas que deveriam ser resolvidos pela mineradora.

Procurada pela Folha, a Vale afirmou em nota que “os estudos de risco e demais documentos elaborados por técnicos consideram, necessariamente, cenários hipotéticos para danos e perdas”.

A Vale disse que “não existe em nenhum relatório, laudo ou estudo conhecido qualquer menção a risco de colapso iminente da barragem” e reafirmou que a estrutura tinha “todos os certificados de estabilidade e segurança”.

Em entrevista nesta terça (12), o gerente-executivo de planejamento da área de minério de ferro e carvão da empresa, Lúcio Cavalli, disse que “em momento algum essa estrutura deu sinais de que estava com problema”.

De acordo com a Vale, a “zona de atenção” compreende barragens em que os técnicos apontaram recomendações, mas não risco iminente.

Segundo a empresa, no caso da estrutura que se rompeu, as recomendações eram dar continuidade ao processo de descomissionamento e reduzir os níveis do lençol freático, o que já vinha sendo feito, de acordo com a companhia.

A Justiça de MG determinou uma série de ações preventivas nas barragens citadas. A Vale diz que todas as exigências já vinham sendo cumpridas.

A empresa questionou ainda versões dadas por funcionários de que os equipamentos apontaram aumento súbito no nível do lençol freático, dizendo que quatro dos piezômetros (instrumentos que medem esse indicador) apresentaram problemas de configuração e enviaram dados errados ao sistema. A barragem tinha 94 piezômetros.

Segundo a Vale, ainda não é possível identificar as causas da tragédia. Uma comissão formada por especialistas internacionais está investigando o caso, disse o diretor de Finanças e Relações com Investidores da companhia, Luciano Siani.

O executivo disse que a empresa está fazendo um levantamento das áreas habitadas próximas às suas barragens, mas que ainda não há um plano para reduzir o dano potencial em eventuais colapsos.-

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/02/2019

Seção: O País

Autor: JAILTON DE CARVALHO

Título: Promotoria propõe à Vale pagamentos mensais a vítimas de Brumadinho

Segundo o Ministério Público, outras nove barragens estão em zona de atenção e a mineradora sabia disso desde outubro

Proposta de acordo apresentada pelo Ministério Público exige que a Vale ofereça casa, água e pagamentos mensais para todos os atingidos pelo rompimento da barragem Mina Corrêgo do Feijão, em Brumadinho. Pelo texto, obtido pelo GLOBO, a Vale deve ainda apresentar plano de manejo e remoção

de rejeitos de todas as áreas prejudicadas pela lama vazada do reservatório, entre outras medidas de redução de danos.

A proposta, apresentada na última sexta-feira, tem 39 cláusulas e mais de 20 exigências compensatórias, a maioria delas de cumprimento imediato. A Vale recebeu o documento, mas pediu tempo para analisar e, depois, responder se aceita ou não as sugestões. O termo de ajuste é, em geral, visto como boa vontade das partes em buscar uma solução negociada para determinada questão antes de eventuais decisões judiciais.

Além do Ministério Público de Minas, assinam a sugestão de acordo o Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União e as defensorias de Minas e da União. Pelo texto, a empresa teria que pagar um salário mínimo para adultos, meio para adolescentes e um quarto do salário para cada criança de todas as famílias prejudicadas. Os valores não podem ser abatidos de futuras indenizações a serem determinadas pela Justiça.

O Ministério Público exige ainda que Vale apresente, em 60 dias, um plano de manejo e remoção de rejeitos de toda área atingida pela lama vazada da barragem. A empresa deve ter também que custear um plano de recuperação socioambiental da bacia do rio Paraopeba e todas as demais áreas degradadas pela lama.

A empresa deveria também promover, em 36 meses, a recomposição da arrecadação tributária para o estado e para Brumadinho. Procurada pelo GLOBO, a Vale disse ter pedido tempo para analisar o termo de ajuste.

RISCO POTENCIAL

O Ministério Público de Minas Gerais afirmou ainda que, além da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, a barragem 4, na mesma cidade, e outras oito barragens da Vale estão em zona de atenção e a mineradora tinha conhecimento disso desde outubro do ano passado. A promotoria afirmou ainda que a informação consta em documentos anexados à ação civil pública proposta pelo órgão. A medida do MP motivou a decisão da Justiça que proibiu, na última semana, a Vale de lançar rejeitos de minério em outras oito barragens no estado.

Segundo o MP, “todas as barragens objeto da ação estão situadas em áreas próximas a núcleos urbanos, havendo pessoas residentes/transitando na zona de autossalvamento, ou seja, na região do vale a jusante da barragem a uma distância que corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação (lama) igual a trinta minutos ou 10 km”.

Em nota, a Vale afirmou que “sua governança prevê autonomia e independência funcional para que seus especialistas locais, responsáveis pela gestão operacional direta da barragem, atuem de forma diligente e efetiva”. A mineradora disse ainda que “não existe em nenhum relatório, laudo ou estudo conhecido qualquer menção a risco de colapso iminente da Barragem 1”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/02/2019

Seção: O País

Autor: BRUNO ROSA

Título: Mineradora sustenta que laudos não apontavam risco em barragem

Empresa afirma que estrutura era ‘bem mantida, controlada e monitorada’

A mineradora Vale contestou ontem as informações de que laudos indicavam que havia risco de rompimento na barragem de Brumadinho. Em entrevista coletiva, o diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores, Luciano Siani Pires, e o gerente-executivo de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão, Lúcio Cavalli, disseram que relatórios de consultorias contratadas pela mineradora, de outubro do ano passado, afirmavam que “a barragem é bem mantida, controlada e monitorada”.

O rompimento do reservatório de rejeitos de mineração deixou ao menos 165 mortos e 155 desaparecidos.

Sobre a troca de e-mails que teria indicado que a Vale sabia de problemas em sensores de Brumadinho, dois dias antes do rompimento da barragem, Pires disse que a informação não procede.

— Os técnicos verificaram que 46 medidores de água funcionaram corretamente. E que não encontraram aumento no número de água. O objeto da troca de emails foi que a visualização desses instrumentos que estão em campo nos computadores do sistema centralizado estavam apresentando incorreções — disse Pires.

Ele acrescentou que uma barragem estar em zona de atenção, como indicou os relatórios revelados pela agência de notícias Reuters, não significa que há risco iminente de rompimento. Pires afirma que o termo é referente à necessidade de cumprir recomendações que, diz ele, foram todas cumpridas pela Vale.

Em relação ao fato de que a alta administração não recebia detalhes técnicos sobre as operações, Pires disse que esse é um assunto controverso.

— Existe muita controvérsia de passar detalhes técnicos para a alta gestão. E não é só a diretoria da empresa, mas como diretores dos complexos. É uma situação parecida com a de um avião, no qual o piloto e o mecânico detectam um problema, eles têm que ter autonomia para resolver isso.

Ele ressaltou que a companhia teve 46 reuniões de órgãos da administração sobre barragens desde 2016.

— Tínhamos visões consolidadas de que as barragens tinham relatórios de estabilidade e estavam de acordo com a legislação.

Já Cavalli destacou que um relatório de 25 de setembro de 2018 indicou 17 recomendações para a barragem.

— Todas elas foram atendidas. Oito já estavam concluídas e nove estavam em andamento dentro do prazo acordado, como o rebaixamento do lençol freático, que precisa de uma sequência de ações. Todas essas 17 recomendações eram rotineiras, como não deixar os drenos entupirem.

Cavalli também afirmou que os laudos técnicos da Tüv Süd indicaram estabilidade tanto para as condições físicas (estrutura e medidores) e hidráulicas (volume de chuvas).

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Requerimento para CPI de desastre é lido no Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP), fez ontem a leitura do requerimento para a criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o desastre em Brumadinho (MG), causado pelo rompimento de uma barragem da Vale. Agora, os líderes indicarão os integrantes da CPI, para o início dos trabalhos do colegiado.

Anteontem, Alcolumbre havia adiado a leitura numa tentativa de chegar a um acordo com líderes da Câmara para a instalação de uma CPI mista, ou seja, com deputados e senadores. As conversas, no entanto, não avançaram. Internamente, senadores reclamaram que unificar as CPIs seria dividir holofotes e o Senado perderia o protagonismo da pauta.

Depois de lido o pedido, os líderes serão oficiados por Alcolumbre a indicar os integrantes. Liderado pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), o pedido prevê que a CPI tenha 11 senadores titulares e sete suplentes e dure 180 dias, com limite de

despesas de R\$ 110 mil. A proposta é “apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale”.

Já nos primeiros dias de trabalho, os senadores querem a convocação de responsáveis pela fiscalização em todos os níveis e representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Agência Nacional de Mineração (ANM).

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/02/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: TST define greve contra privatização como abusiva

BRASÍLIA

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) definiu pela primeira vez como abusiva uma greve de trabalhadores contra a privatização de uma companhia estatal. A decisão foi tomada pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos, que julgou abusiva a greve de trabalhadores da Eletrobras ocorrida em junho de 2018 contra a venda da estatal.

O caso abre jurisprudência para julgamentos semelhantes, autorizando desconto pelos dias parados. Em sessão realizada anteontem, por maioria, prevaleceu o entendimento de que o movimento, por não se dirigir diretamente ao empregador, mas a uma medida governamental, teve caráter político, e não trabalhista.

Após o anúncio da paralisação, a Eletrobras ajuizou o dissídio coletivo de greve, pedindo que o TST se pronunciasse. O relator do caso, ministro Mauricio Godinho Delgado, argumentou que a paralisação teve relação direta com a manutenção dos empregos. O voto vencedor, porém, foi o do ministro Ives Gandra Martins Filho, segundo o qual greve legítima é a que trata de direitos, como reajuste salarial ou benefícios. Para o ministro, a política de privatização não parte da Eletrobras, mas do Poder Executivo e do Legislativo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/02/2019

Seção: Cidades

Autor: Jéssica Eufrásio/Augusto Fernandes

Título: Riscos à beira da barragem

A recente tragédia que assolou a população de Brumadinho (MG) acionou o alerta de representantes do poder público por todo o país. No Distrito Federal não foi diferente. A possibilidade de o mesmo acontecer na Barragem do

Paranoá, por exemplo, fez com que o GDF adotasse medidas para evitar o desgaste da estrutura do local. Apesar disso, o cenário e a especulação preocupam moradores das proximidades abaixo da represa, principalmente os habitantes do Núcleo Rural Boqueirão, que seriam os primeiros atingidos em caso de um problema que provocasse o rompimento da estrutura — ou uma vazão emergencial da água do lago.

Responsável pelas políticas de gestão do território do DF, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) ainda não tem dados sobre a quantidade de famílias que vivem na área. A pasta informou que, ao longo do curso do rio, não há ocupação urbana. No entanto, o núcleo rural abriga centenas de casas em pontos de difícil acesso. Em nota, a Seduh informou que efetua uma pesquisa sobre a população da área. “O único levantamento que é feito pela Seduh, neste momento, é sobre a população que vive próxima à Barragem do Paranoá, mas ainda dependemos de algumas informações que a CEB enviará.”

Ainda que, para especialistas e para o governo, a possibilidade de isso acontecer seja quase inexistente, os moradores da área temem problemas maiores. Eles relataram ocasiões em que as comportas da barragem foram abertas sem que a sirene da Companhia Energética de Brasília (CEB) — responsável pelo local — tocasse para alertar a população. O fluxo de água fez com que o nível do Rio São Bartolomeu subisse e atingisse casas da região.

“Antes, não nos preocupávamos, apesar do que aconteceu também em Mariana (MG). Agora estamos sim”, comenta Valdenice Ferreira, 50 anos. Ela e o marido, Benedito Ribeiro, 62, são donos de um bar nas proximidades do rio. Os dois, além de um primo do comerciante, moram em uma casa no mesmo terreno do estabelecimento.

A simplicidade do local não afasta o público, que chega em grupos de amigos e parentes, para aproveitar o dia à beira do rio. Moradores da região e de outras partes do DF, eles percorrem os cerca de 3km de estrada — pavimentada e de terra — que sai da DF-001 no Paranoá e leva à comunidade ribeirinha. Valdenice e Benedito cuidam do bar desde 1987, mas moram na região desde 2015. Ela diz que moradores nunca foram preparados para eventuais caminhos de fuga. “O pessoal da CEB disse que estava tudo ok. A Polícia Ambiental e os bombeiros sempre vêm, mas nunca ninguém fez treinamentos conosco. Uma vez, o nível da água chegou à mureta do bar”.

Boas condições

A CEB afirmou que as comportas da barragem são abertas em situação de rotina, pois de acordo com a companhia, existe necessidade de dar vazão à água do Lago Paranoá. “As sirenes funcionam normalmente e, sempre que abrem, ela toca. Os sistemas de monitoramento da barragem estão em perfeito funcionamento. As condições são de segurança e laudos são elaborados periodicamente”, ressaltou, em nota, a concessionária.

A companhia informou ainda que colocará em prática, ao lado da Defesa Civil, um trabalho de comunicação e esclarecimento à população que mora abaixo da Barragem do Paranoá. O objetivo da medida é explicar que esse público está em uma área de risco, o significado disso e os tipos de providências que devem ser tomadas em caso de emergência.

Moradora do Núcleo Rural Boqueirão há três meses, Nadja Diane da Silva, 29, preocupa-se com a infraestrutura da área e teme uma tragédia. Dona de casa, ela mora com o marido, o operador de máquinas Jeferson Pereira, 30, e os três filhos. Mesmo com a aflição, a família não tem condições de deixar o imóvel, que fica próximo a uma escarpa e a poucos metros do rio. “O que nos preocupa é essa tragédia (de Brumadinho). Passa muita coisa em nossa cabeça, mas não temos como sair daqui. Seguro a gente nunca fica. Mas fazer o quê?”, questiona Nadja.

Com o mesmo receio, o pedreiro José Vânio de Sousa, 47, cita um caso em que percebeu a dimensão do problema. “Houve uma vez em que o rio subiu, tudo ficou inundado e ninguém pôde sair daqui de baixo”.

Professor de Engenharia de Barragens e de Fundações do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), Rideci Farias afirma que qualquer estrutura do porte da barragem do lago precisa de manutenções e inspeções constantes, a fim de terem a vida útil garantida. “Claro que isso depende do tipo de barragem, pois há particularidades.” O especialista ressaltou a importância de construção de uma barreira que suporte a força da água contra o obstáculo e acrescenta que, independentemente do tipo de material usado, sempre haverá alguma chance de acidentes acontecerem. “Se o empreendimento existe, o risco existe. Assim sendo, ele tem de ser observado, medido e monitorado, mas nunca desprezado”, reforça.

O secretário de Infraestrutura e Obras, Izídio Santos, disse que não há motivo para alarde a respeito da situação da Barragem do Paranoá. Inspeções regulares feitas pela CEB nos últimos três anos atestaram que a categoria de risco da represa é média. “Hoje, tudo o que se exige dentro do plano de manutenção de barragens no DF é atendido. Mesmo assim, queremos aprimorar as estratégias para monitorar essas estruturas”, afirmou.

Izídio destacou que são necessárias manutenções preventivas de rotina, especialmente na pista de rolamento. Dessa forma, até o fim desta semana, o governo fará obras de recapeamento asfáltico sobre toda a extensão da pista que passa por cima da barragem, além de sinalização e limpeza de saídas de água e drenos. Assim que os reparos estiverem concluídos, a velocidade máxima da via será reduzida de 50km/h para 40km/h.

Segundo o secretário, por mais que a barragem não corra riscos iminentes, é indispensável que seja feito algum projeto para preservar a vida das comunidades ribeirinhas mais próximas ao reservatório. “Não deveria ter pessoas vivendo ali embaixo. Estamos fazendo um estudo minucioso, a fim de identificar quais são as possíveis soluções para as famílias. Vamos avaliar o que é regular e o que é irregular. O ideal é controlar a ocupação daquela área, com o cadastramento das populações dali”, explicou.

Três perguntas para Izídio Santos, secretário de Infraestrutura e Obras

Atualmente, há algum risco estrutural na Barragem do Paranoá?

Não. Hoje, não há nada que indique um risco iminente à estrutura da represa. A cada sete anos, a CEB faz um laudo minucioso para averiguar a situação da barragem. O último, de 2017, constatou que o nível de segurança do reservatório é normal.

Existe um plano do governo para remanejar as famílias que moram no Núcleo Rural Boqueirão, abaixo da represa?

Estamos analisando a situação dessa área. O governador Ibaneis determinou que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação faça um estudo do que há naquela região. A Defesa Civil também participará deste processo. A ideia é fazer um plano de contingenciamento, pois, apesar de os riscos na estrutura da barragem serem baixos, o dano potencial em caso de rompimento

é alto. Como há muitas chácaras e pessoas morando ali, a possibilidade de perdas de vidas, caso a represa entre em colapso é real.

Caso o GDF decida construir uma ponte para desviar o trânsito da Barragem do Paranoá, em quanto tempo ela ficará pronta?

Isso depende do sistema construtivo, mas seria algo em torno de três anos. Estamos discutindo como seria erguida essa ponte. Temos a opção de fazê-la dentro do espelho d'água ou após a barragem, onde há um desnível de terra muito grande. Tudo está sendo avaliado. É um processo demorado. Além da parte técnica e de elaboração do projeto, há a questão do tempo para se concluir a licitação. De qualquer forma, está nas nossas intenções eliminar o trânsito sobre a barragem.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/02/2019

Seção: Cidades

Autor: Jéssica Eufrásio

Título: Plano especial de fiscalização

De acordo com o Relatório de Segurança de Barragens (RSB), elaborado anualmente pela Agência Nacional de Águas (ANA), o Distrito Federal conta com 92 barragens. Ao todo, 79 são fiscalizadas pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa), 12 pela ANA e uma pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a do Lago Paranoá, que funciona como reservatório de hidrelétrica.

Em 29 de janeiro, a ANA divulgou uma lista de 3.386 barragens que deverão ser fiscalizadas com prioridade. Quatro delas estão no DF. Tratam-se das barragens do Descoberto, de Santa Maria, do Torto e do Paranoá. Todas receberam a classificação mais elevada na categoria Dano Potencial Associado (DPA). A especificação diz respeito às possíveis consequências geradas devido a um acidente e é dividida entre os níveis baixo, médio e alto. O índice se baseia em dois fatores: potencial de perdas de vidas humanas e impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da ruptura da barragem.

Recentemente, a agência nacional anunciou ter preparado um plano especial de fiscalização que contempla 52 barragens. Elas passarão por vistoria presencial até o fim de maio. Entre as listadas, a ANA incluiu as barragens de Santa Maria e do Torto. Embora as duas apresentem risco médio, em se tratando de aspectos

que podem influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente, ambas possuem alto grau de DPA. (JE)

MME / ASCOM .